



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

**A VISÃO DE FUTURO DOS ESTUDANTES DA UNIVATES EM
RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA**

Douglas Ariel Ely

Lajeado, novembro de 2018

Douglas Ariel Ely

A VISÃO DE FUTURO DOS ESTUDANTES DA UNIVATES EM RELAÇÃO À PREVIDÊNCIA

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II, na linha de formação específica em Administração de Empresas, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção de grau de Bacharel em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Martim de Conto

Lajeado, novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, meus amigos, meus colegas de trabalho e todos aqueles que estão presentes no meu dia-a-dia e que de alguma forma me apoiaram e com isso aumentaram meus esforços em seguir no curso de graduação e chegar a este Trabalho de Conclusão.

Agradecimentos especiais aos meus pais Elton e Marfa, que desde bem pequeno me estimularam a estudar e buscar crescimento. À minha irmã Kétlin, que todos os dias me enche de orgulho e alegria. Aos meus avós Nelson e Melita, que sempre estiveram presentes e que me ensinaram os valores que levarei comigo durante toda a minha vida. E aos meus avós João e Sidônia (*in memoriam*), que me acolheram durante um tempo em sua casa, me possibilitando seguir os estudos.

Quero agradecer minha namorada Monique, que está sempre comigo, me ajuda e me incentiva nas minhas escolhas, me acompanha nas noites de aula e nos momentos de estudo.

Agradeço ao meu professor orientador Dr. Samuel Martim de Conto, que me auxiliou durante esse período de pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, que com seu conhecimento, suas técnicas e suas dicas me motivou na busca de mais e mais conhecimento sobre o tema. E agradecer à Univates, que me dispôs do ambiente necessário para o aprendizado.

RESUMO

O tema previdência faz parte da vida dos brasileiros, seja pela previdência social, por planos de previdência complementar ou por qualquer tipo de investimento que vise garantir um futuro economicamente mais tranquilo. A situação atual (2018) apresenta um panorama na qual o trabalhador não sabe o tempo que terá de contribuir ao INSS, não possui garantia de que receberá os benefícios e caso receber, o valor poderá não ser suficiente para suprir suas necessidades econômicas. Neste contexto, o objetivo desta monografia é entender através da pesquisa, como os estudantes da Univates lidam com as questões que dizem respeito à previdência, como por exemplo, a crise da previdência social, a adesão de outras formas de investir e a preocupação com o futuro. A pesquisa foi desenvolvida quanto ao modo de abordagem de forma qualitativa, utilizando-se entrevistas em profundidade com questões que visaram responder aos objetivos propostos. A partir da análise das entrevistas, percebeu-se a importância dada pelos participantes ao hábito de poupar, foi possível entender como cada respondente lida de forma individual com suas finanças pessoais, além das opiniões sobre a reforma da previdência social e da sua situação atual. Foram analisados aspectos sobre a previdência complementar em relação aos motivos de adesão e de não-adesão, além dos perfis de investidor de cada participante, e realizados questionamentos a respeito do planejamento de longo prazo e sobre as expectativas de cada entrevistado perante seu futuro.

Palavras-chave: Previdência social. Previdência complementar. Investimentos. Visão de futuro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Déficit da previdência social (2003-2016).....	22
Gráfico 2 – Remuneração média (em salário mínimos) dos trabalhadores do Vale do Taquari conforme a escolaridade	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre legislação vigente e a PEC 287/2016	21
Quadro 2 – Comparativo entre investimentos	40
Quadro 3 – Roteiro de questões para entrevista em profundidade	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo entre declaração de IR sem PGBL e com PGBL	32
Tabela 2 – Tributação progressiva compensável do Imposto de Renda.....	32
Tabela 3 – Tributação regressiva definitiva do Imposto de Renda.....	33
Tabela 4 – Imposto de Renda sobre CDB e RDB	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Tema	9
1.1.1 Delimitação do tema.....	10
1.2 Problema de pesquisa	10
1.3 Objetivos	10
1.3.1 Objetivo geral	10
1.3.2 Objetivos específicos.....	11
1.4 Justificativa.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 Conceito de previdência	13
2.2 Previdência social	14
2.2.1 História e princípios	14
2.2.2 Legislação	17
2.2.3 Situação atual	20
2.3 Previdência complementar	23
2.3.1 História e princípios	24
2.3.2 Legislação	25
2.3.3 Entidades	28
2.3.4 Órgãos reguladores	30
2.3.5 Planos.....	31
2.4 Outros tipos de investimentos	33
2.4.1 Poupança	35
2.4.2 Aplicações	36
2.4.3 Fundos	37
2.4.4 Ações.....	37
2.5 Comparativo entre os tipos de investimento.....	38

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
3.1 Caracterização da pesquisa	41
3.1.1 Quanto ao modo de abordagem	42
3.1.2 Segundo o objetivo geral.....	43
3.1.3 Segundo os procedimentos técnicos.....	43
3.1.3.1 Pesquisa bibliográfica	44
3.1.3.2 Entrevistas em profundidade	44
3.2 Sujeitos da pesquisa.....	46
3.3 Plano de coleta de dados	47
3.4 Plano de análise das entrevistas	47
3.5 Limitações do método	49
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	50
4.1 Análise dos resultados	50
4.1.1 Visão quanto ao futuro em relação à previdência	50
4.1.2 Fatores que levam ou levariam a optar pela previdência privada	56
4.1.3 Preferências em relação às opções de previdência.....	58
4.1.4 Percepção sobre o futuro da previdência social.....	61
4.1.5 Finanças pessoais e visão de futuro	63
4.2 Sugestões a partir dos resultados.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES	79
Apêndice A – Roteiro de questões das entrevistas em profundidade	80
ANEXOS	81
Anexo A – Remuneração dos depósitos em poupança.....	82

1 INTRODUÇÃO

O termo previdência social está sendo visto como sinônimo de preocupação para os brasileiros que ainda não recebem os seus benefícios e se veem sem nenhuma garantia real de que irão se aposentar. Dentro desse público estão os jovens, que vivendo nesse período em que o governo busca aprovar medidas que alterem o atual regime de previdência social, se preocupam com o longo período que terão que contribuir e com a insegurança perante o futuro, na qual a renda oriunda da previdência social poderá não ser suficiente para suas necessidades.

Seguindo no mesmo contexto, a previdência social nesses últimos anos tem acumulado déficits. Com essa situação, se fazem necessárias alterações no atual regime para evitar a impossibilidade de pagamento dos benefícios. Na época em que a previdência social que conhecemos hoje começou a ser criada, por volta dos anos de 1920, ela foi pensada como uma forma eficiente de trazer proteção aos trabalhadores que exigiam direitos sociais, e inicialmente o sistema previdenciário era financeiramente sustentável.

Com o passar das décadas, houve uma série de mudanças demográficas no país, como o envelhecimento da população devido as melhores condições de vida de forma geral. O fator demográfico e vários outros fatores influenciam a situação apresentada pela previdência social atualmente (2018), na qual os déficits crescem a cada ano. Em 2016, foi de R\$ 151,9 bilhões, e em 2017, foi de R\$ 182,4 bilhões, segundo informações do Regime Geral da Previdência Social (RGPS, 2017). Permanecendo a situação como está, a previdência social poderá se tornar insustentável em alguns anos.

Com a situação atual, os planos de previdência complementar, também conhecidos como previdência privada, têm apresentado aumento de procura nos últimos anos. Segundo dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI, 2017), em setembro de 2017 haviam 13.704.032 pessoas com planos de previdência privada contratados no país, somando uma contribuição de R\$ 9,58 bilhões. A adesão à previdência privada é de fácil acesso nos dias de hoje, pois é um produto securitário, administrado por seguradoras, e oferecido por instituições financeiras.

A previdência social parte do princípio da repartição simples. Enquanto que os trabalhadores ativos contribuem com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os aposentados recebem benefícios que provêm desses trabalhadores, portanto, no momento em que aqueles que pagam se aposentarem, outros terão que seguir pagando para manter as aposentadorias. Por isso a previdência social sente tanto impacto com o aumento da longevidade da população. Já a previdência complementar é uma capitalização e funciona de maneira parecida com uma aplicação financeira, na qual a pessoa poupa uma quantia para complementar a sua renda no futuro. Quanto antes a pessoa começar a aplicar, maior será sua complementação.

É nesse contexto que a presente pesquisa avaliou a preocupação dos estudantes em meio ao cenário atual e entendeu suas aflições, ideias e atitudes. Com isso buscou entender como a cultura, o conhecimento acadêmico, as experiências de vida e a educação financeira influenciam esses estudantes, para descobrir se é dada importância ao tema da previdência e compreender como isso é pensado e quais são as efetivas ações realizadas no presente para garantir um futuro financeiramente estável.

1.1 Tema

Previdência: perspectivas, opções, importância, vantagens e desvantagens e visão de futuro dos estudantes da Univates.

1.1.1 Delimitação do tema

O estudo se limita a analisar em profundidade o pensamento de estudantes da Univates, da faixa etária dos 22 aos 37 anos, que corresponde à geração Y, sobre o tema previdência.

1.2 Problema de pesquisa

Tendo em vista a situação atual (2018), com a insegurança em relação à previdência social e ao futuro, nesse país em que as mudanças são constantes, se torna difícil prever o que poderá ocorrer a longo prazo. Por outro lado, existem formas de se precaver, de guardar dinheiro para o futuro. Pode ser através de planos de previdência privada, por uma programação de poupança ou por investimentos variados. Toda e qualquer reserva que a pessoa fizer para o futuro pode ser considerada uma previdência.

A maneira como cada indivíduo se preocupa com o tema é pessoal. A importância dada ao tema difere entre as pessoas, e cada um toma suas próprias decisões em relação ao futuro. Na busca de compreender esses pensamentos através de método científico, o presente trabalho buscou responder ao seguinte problema de pesquisa:

De que forma o conceito de previdência é pensado pelos estudantes da Univates?

1.3 Objetivos

Em seguida, estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos do presente trabalho.

1.3.1 Objetivo geral

Compreender a visão dos estudantes da Univates quanto ao futuro em relação à previdência.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar os fatores que levam ou levariam os estudantes da Univates a optarem pela previdência complementar;
- Analisar as preferências dos estudantes da Univates em relação às opções de previdência;
- Relatar a percepção dos estudantes da Univates sobre o futuro da previdência social;
- Entender de que maneira os estudantes da Univates lidam com suas finanças pessoais e qual sua visão de futuro.

1.4 Justificativa

A pesquisa foi desenvolvida a fim de analisar em profundidade o pensamento dos estudantes em relação à previdência. A aposentadoria faz parte do planejamento de vida de grande parte dos cidadãos, porém o grau de atenção a respeito do tema é variado, por isso se fez necessário interpretar como o público-alvo pensa e quais são ou serão suas atitudes em sua vida financeira.

Entender as gerações mais jovens é uma tarefa complexa, e é o que se busca através do presente trabalho. Nos últimos anos, surgiram teorias que classificam as pessoas conforme sua faixa etária na forma de gerações, que são definidas pela década que a pessoa nasceu. As gerações mais recentes são classificadas em X, Y e Z. Na geração X se enquadram os nascidos nas décadas de 1970 e 1980, a geração Y se refere aos nascidos nos anos de 1980 até 1995 e a geração Z aos nascidos após 1995. A pesquisa foi realizada com estudantes da Univates classificados como geração Y, pois grande parte das pessoas da geração Z ainda não ingressaram no mercado de trabalho, portanto, não possuem uma vida financeira ativa, enquanto que na geração Y já se encontram mais pessoas com renda, que precisam tomar decisões sobre seu consumo, sobre o ato de poupar e consequentemente se planejar financeiramente para o futuro. Assim, a pesquisa terá mais enfoque ao avaliar o público-alvo segmentado pela faixa etária da geração Y.

A previdência social existe para gerar renda para a sociedade, porém o seu sistema acaba por facilitar o surgimento de alguns problemas. Em um país como o Brasil, em que apenas 4% das pessoas poupam para a aposentadoria, segundo pesquisa da Folha de São Paulo (PINTO, 2017), se torna necessário que o governo intervenha com uma poupança forçada. O modelo de repartição adotado pela previdência social pode não ser o mais adequado, pois ele funciona como uma conta corrente, na qual todos os valores contribuídos entram em uma conta e os benefícios pagos saem pela mesma conta. Esse modelo facilita episódios de corrupção pela dificuldade de rastreabilidade do sistema.

Enquanto que algumas pessoas têm mais facilidade em guardar dinheiro, outras não conseguem guardar ou simplesmente não têm o hábito de poupar. Chega um momento da vida que é necessário que a pessoa tenha feito uma reserva, pois ela não terá mais condições de gerar renda através do trabalho. Pessoas nessa situação podem vivenciar dificuldades, como fome, inadimplência, propensão a passar por situações de violência, conflito familiar, entre outros problemas. Portanto, é necessário que se pense o futuro, que haja certa preparação para imprevistos, pois os anos passam e estar seguro e tranquilo é importante para aproveitar todos os anos de vida.

O atual momento de instabilidades econômicas e políticas do país (2018) coloca o brasileiro frente a uma série de inseguranças. O anúncio de medidas que devem alterar o atual sistema da previdência social ou até mesmo a demora excessiva na tomada de medidas necessárias fazem com que os cidadãos não tenham certeza sobre o tempo que precisarão contribuir, sem nem sequer haver garantia de que o valor será retribuído. Em meio a isso, surgem possibilidades de adesão à previdências complementares e outras várias formas de se guardar dinheiro. E foi essa série de questões que norteou a presente pesquisa, no qual o conceito de previdência é a chave do processo, através do entendimento das ideias expostas pelo público-alvo, que são os estudantes da Univates.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para complementar os conhecimentos sobre o tema estudado, foi realizada a busca de dados secundários, através de bibliografias e textos digitais. O referencial teórico constitui a base do trabalho, apresentando os conceitos e as informações que serviram de auxílio na elaboração da pesquisa.

2.1 Conceito de previdência

Na presente pesquisa, toda forma de precaução financeira é considerada como previdência, pois a previdência social e a previdência complementar não são as únicas formas de se precaver diante do futuro. Apesar de grande parte dos brasileiros serem adeptos aos regimes citados, é possível guardar dinheiro para o futuro de outras formas. Portanto, são considerados previdência, todos os tipos de investimento.

De acordo com Martins, Lazzari e Martins (2006), a palavra previdência é a qualidade do que é previdente. Significa também previsão de futuro e conjectura, ou seja, é a ideia de resguardo patrimonial para o futuro.

Ainda sobre previdência, Póvoas (2007) considera que o homem, em qualquer país do mundo, sofre perante as incertezas em relação ao seu futuro e busca segurança. Por isso, as instituições de seguridade social existem no mundo todo, para suprir essa necessidade de segurança e a exigência dos indivíduos pelo bem-estar.

2.2 Previdência social

O conceito de previdência social é apresentado pelo Portal do Ministério da Previdência Social:

A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele perde a capacidade de trabalho, seja pela doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo a maternidade e a reclusão (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017, texto digital).

Segundo Paixão (1998), a previdência social, por meio da contribuição, tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios de se manter, nos casos de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

A previdência social é uma rede de proteção que garante benefícios para todas as etapas da vida das pessoas físicas. Desde o nascimento, com o auxílio-maternidade, ou quando o segurado se retira do mercado de trabalho, através das aposentadorias ou de pensões. Há ainda outros auxílios, como no caso de acidentes, o auxílio-acidente ou até mesmo o auxílio-doença, entre outros (INSS, 2017).

A arrecadação, fiscalização, cobrança e concessão dos benefícios da previdência social no Brasil é de competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que se caracteriza por ser uma organização pública que presta serviços previdenciários para a sociedade brasileira. Ao INSS compete a operacionalização do reconhecimento dos direitos da clientela do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que tem caráter contributivo e é de filiação obrigatória (INSS, 2017).

2.2.1 História e princípios

Alguns autores consideram que já existiam formas de previdência social na Roma, na Grécia antiga e nos períodos da história chinesa. Porém foi na Alemanha, no ano de 1883, que se criou um verdadeiro sistema de seguro social, inspirado em Bismarck, na qual o Estado obtinha o controle. Nos anos seguintes, até 1918, a previdência social passou a ser implantada em outros países da Europa, e após a

Primeira Guerra Mundial se expandiu para a América Latina, Ásia e Oceania (PAIXÃO, 1998).

No Brasil, foi com a Lei Eloy Chaves, de 1923, que se implantou a Previdência Social. Com esse ato foram criadas as aposentadorias e pensões dos empregados ferroviários, e assim, foram concedidos pela primeira vez no país os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de serviço, pensão por morte e assistência médica. Com o passar dos anos, o regime foi se estendendo a outros trabalhadores. Em 1925, aos portuários e marítimos; em 1931 aos serviços públicos, privados e estatais; em 1932 às empresas de mineração; e em 1953, às de transportes aéreos (PAIXAO, 1998).

Em 1945 se tentou criar um instituto que englobasse todos os setores de trabalhadores, mas na época a medida não foi concretizada. Foi somente em 1960 que a Lei Orgânica da Previdência Social foi promulgada, e em 1966 surgiu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), na qual se juntaram seis institutos num só. Em 1977, surgiram outros institutos como o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), entre outros. Contudo, nos dias de hoje a previdência social é regida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que surgiu a partir da fusão do INPS e do IAPAS, em 1990 (PAIXAO, 1998).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiu o conceito de seguridade social composto pelas áreas da saúde, assistência e previdência social. Nos anos seguintes a previdência social passou por uma série de mudanças conceituais e estruturais, como o grau de cobertura, o elenco dos benefícios e a forma como o sistema é financiado. São alguns exemplos dessas mudanças: em 1996, quando foram alteradas as alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e instituídas contribuições para os servidores inativos da União; e em 1998 quando foi alterada a regra de cálculo dos benefícios, com a introdução do fator previdenciário. Ano a ano foram várias leis, decretos e medidas provisórias que alteraram as regras da previdência social e que levaram ao sistema que se conhece hoje (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2018).

Em relação aos princípios da seguridade social, Martinez (2001) cita que a principal característica da seguridade social é a universalização dos filiados em um único regime de previdência social, na qual todos devem ser tratados com igual critério, através de uma lei orgânica nacional, ressaltando apenas os segmentos específicos, as profissões distintas e os casos particulares.

Os princípios que regem os planos de benefícios da previdência social, segundo a legislação vigente são citados no artigo 2º da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991:

Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:
I - universalidade de participação nos planos previdenciários;
II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
IV - cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
V - irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;
VI - valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo;
VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;
VIII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados (BRASIL, 1991c, texto digital).

Conforme Martinez (2001), o princípio da universalidade, no caso da previdência social é absoluto, pois todos os elementos do conjunto são abrangidos pela legislação, que são os contribuintes e os dependentes.

O princípio da distributividade na prestação dos benefícios diz respeito à distribuição de renda, à necessidade de conceber direitos em maior número e à qualidade a favor dos mais necessitados (MARTINEZ, 2001).

Já o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios assegura o reajustamento dos benefícios para preservar o seu valor real. Esse princípio foi expresso pela Constituição Federal em 1988 durante o período histórico inflacionário, visando manter o poder de compra dos beneficiários através da correção da inflação em cada pagamento. Contudo, o princípio expressa que os benefícios não podem ser onerados e que devem manter o poder aquisitivo do valor original (MARTINEZ, 2001).

2.2.2 Legislação

O sistema de previdência social no Brasil é regido, segundo Paixão (1998), pelas leis nº 8.212 e nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõem respectivamente sobre a organização da seguridade social e sobre o plano de benefícios da previdência social. Além dos decretos nº 2.172 e nº 2.173 de 5 de março de 1997, que foram revogados pelo decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999, que aprova o regulamento da previdência social.

Sobre a seguridade social, tratam os artigos 1º, 10 e 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências:

Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 10. A Seguridade Social será financiada por toda sociedade, de forma direta e indireta, nos termos do art. 195 da Constituição Federal e desta Lei, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

I - receitas da União;

II - receitas das contribuições sociais;

III - receitas de outras fontes.

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço;

c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição;

d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;

e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos (BRASIL, 1991b, texto digital).

Já em relação à previdência social, são citados os artigos 1º, 9º e 11 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências:

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art. 9º A Previdência Social compreende:

I - o Regime Geral de Previdência Social;

II - o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

- a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;
- b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;
- c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;

[...] V - como contribuinte individual:

- a) pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 9º e 10 deste artigo;
- b) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;
- c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

[...] VI - como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:

- a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:
 - 1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;
 - 2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;
- b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e
- c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo (BRASIL, 1991c, texto digital).

E sobre os direitos proporcionados pela previdência social, são apresentados os artigos 1º, 2º, 3º e 5º do Decreto nº 3.048 de 6 de maio de 1999, que aprova o regulamento da previdência social, e dá outras providências:

Art. 1º A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 2º A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. As atividades de saúde são de relevância pública, e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- I - acesso universal e igualitário;
- II - provimento das ações e serviços mediante rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único;
- III - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- IV - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas;
- V - participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde; e
- VI - participação da iniciativa privada na assistência à saúde, em obediência aos preceitos constitucionais.

Art. 3º A assistência social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à seguridade social.

Parágrafo único. A organização da assistência social obedecerá às seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa; e
- II - participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

Art. 5º A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá a:

- I - cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (BRASIL, 1999, texto digital).

As leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91 consolidaram a legislação sobre previdência social que antes era muito esparsa, com muitas leis e decretos-leis. Também foram aprovadas e implementadas novas medidas sobre a Constituinte, com objetivo de anular as distorções no setor previdenciário, que traziam prejuízos aos beneficiários e aos contribuintes (PAIXÃO, 1998).

De forma resumida, a legislação que dispõe sobre previdência social parte do pressuposto de que a base do conceito de seguridade social é composto por três pilares: a saúde, a previdência e a assistência social. São direitos que a lei visa garantir aos cidadãos brasileiros, por isso o caráter da previdência social é obrigatório e busca abranger todas as classes trabalhadoras. A saúde é direito de todos e dever do Estado, já a previdência é formada por regime geral que visa proteger o trabalhador nos momentos de incapacidade laboral e a assistência é uma política social que visa atender às necessidades básicas da população.

2.2.3 Situação atual

Nos dias de hoje, as pessoas têm direito de receber uma renda de aposentadoria após exercerem um determinado tempo de trabalho. Este fundamento passa a ser contestado na medida em que o número de inativos continua crescendo. Isso faz com que os que contribuem hoje, ao chegarem na vez de se aposentar, não tenham certeza de que o sistema terá meios de satisfazer o seu direito (PÓVOAS, 2007).

Os aspectos demográficos demonstram que os brasileiros estão controlando a natalidade devido a fatores como o aumento da violência, o aumento do custo de ter filhos, o baixo nível educacional da população e a formação de novas configurações familiares. Tais condições demográficas apresentam reflexos negativos para o regime previdenciário de repartição simples, pois os benefícios dos inativos dependem da contribuição dos ativos e o equilíbrio entre receitas e despesas desse regime é em grande parte influenciado por esses fatores (WEINTRAUB, 2003).

O sistema previdenciário brasileiro passou por muitas mudanças ao longo da história. Hoje (2018), a previdência social enfrenta seu maior desafio que é manter sua sustentabilidade. Por isso, o governo buscou reformar o sistema previdenciário através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, devida à acelerada transição demográfica, para possibilitar o pagamento dos benefícios no médio e longo prazo (INSS, 2017).

A PEC 287/2016 é uma proposta que visava alterar os artigos 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição Federal, para dispor sobre a seguridade social, estabelecer regras de transição e dar outras providências (CÂMARA, 2016).

Para exemplificar parte das alterações propostas pela reforma da previdência social, o Quadro 1 apresenta à esquerda o texto vigente do artigo 201 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, e à direita o texto na íntegra da PEC 287/2016 (CÂMARA, 2016) que visava alterar o artigo 201 da Constituição Federal.

Quadro 1 – Comparativo entre legislação vigente e a PEC 287/2016

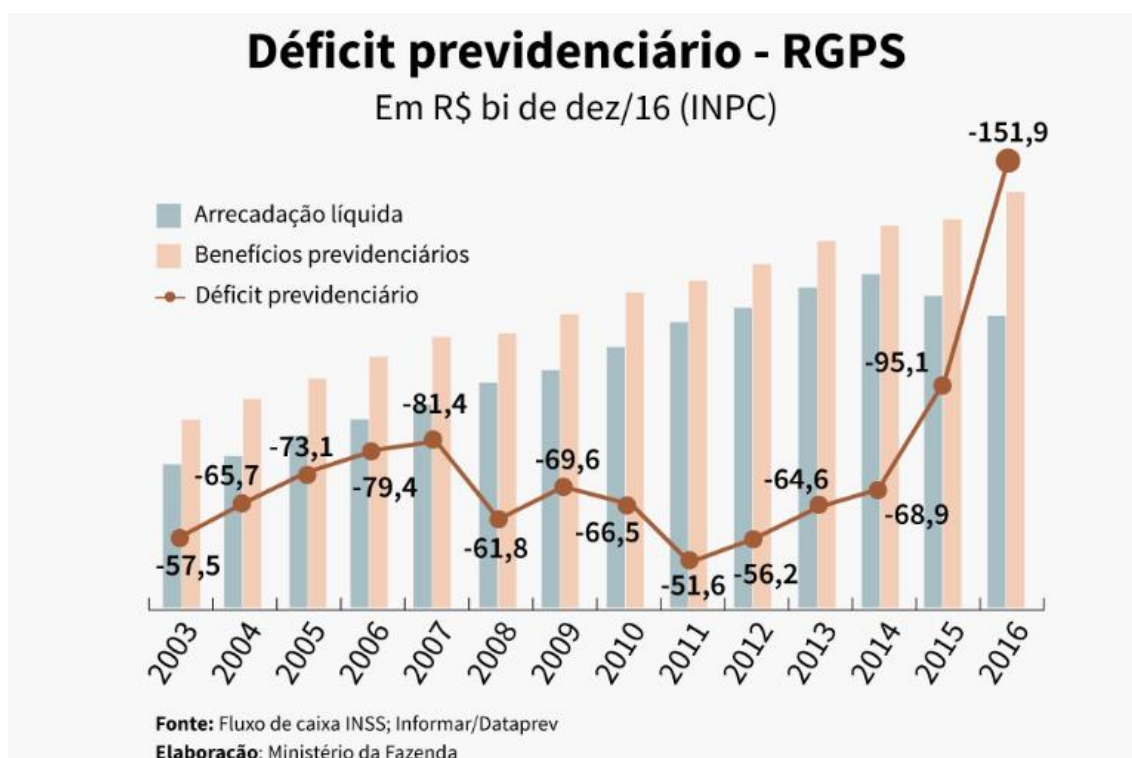
Artigo 201 da Constituição Federal de 1988	Proposta de Emenda à Constituição
<p>Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:</p> <p>I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;</p> <p>II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;</p> <p>III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;</p> <p>IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;</p> <p>V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.</p>	<p>Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:</p> <p>I - cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, morte e idade avançada;</p> <p>V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e aos dependentes.</p> <p>§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em lei complementar, os casos de segurados:</p> <p>I - com deficiência; e</p> <p>II - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. [...]</p>
<p>§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições</p> <p>I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;</p> <p>II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.</p>	<p>§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social àqueles que tiverem completado sessenta e cinco anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição, para ambos os sexos.</p> <p>§ 7º-A. Por ocasião da concessão das aposentadorias, inclusive por incapacidade permanente para o trabalho, serão considerados para o cálculo do valor das aposentadorias os salários de contribuição do segurado ao regime de previdência de que trata este artigo e as remunerações utilizadas como base para as contribuições do segurado aos regimes de previdência de que tratam os arts. 40 e 42, respeitado o limite máximo do salário de contribuição do regime geral de previdência social.</p> <p>§ 7º-B. O valor da aposentadoria corresponderá a 51% (cinquenta e um por cento) da média dos salários de contribuição e das remunerações utilizadas como base para as contribuições do segurado aos regimes de previdência de que tratam os arts. 40 e 42 acrescidos de 1 (um) ponto percentual para cada ano de contribuição considerado na concessão da aposentadoria, até o limite de 100% (cem por cento), respeitado o limite máximo do salário de contribuição do regime geral de previdência social, nos termos da lei.</p> <p>§ 7º-C. O valor da aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, quando decorrente exclusivamente de acidente do trabalho, corresponderá a 100% (cem por cento) da média dos salários de contribuição e das remunerações utilizadas como base para as contribuições do segurado aos regimes de previdência de que tratam os arts. 40 e 42, respeitado o limite máximo do salário de contribuição do regime geral de previdência social, apurada na forma da lei.</p>

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Constituição (1988) e Câmara (2016).

A Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016, conhecida como reforma da previdência social, não avançou até o momento (maio de 2018). O desafio do governo hoje é manter o sistema previdenciário sustentável devido às dificuldades de pagamento dos benefícios que podem surgir caso o déficit continue. A cada mês são pagos pelo INSS R\$ 34 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 29 milhões de benefícios. As despesas do INSS representam em torno de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e se nada for feito, a estimativa é de que até 2060 elas alcancem cerca de 18%, inviabilizando o sistema. No ano de 2016, o déficit do regime geral da previdência social foi de R\$ 151,9 bilhões. Os objetivos da reforma da previdência social são garantir a sustentabilidade do sistema e equilibrar os regimes público e privado (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2018).

Para demonstrar como a situação do déficit da previdência social se apresenta, o Gráfico 1 faz um comparativo do déficit de 2016 com os anos anteriores.

Gráfico 1 – Déficit da previdência social (2003-2016)



Fonte: RGPS (2017, texto digital).

Ao visualizar o Gráfico 1, percebe-se que a situação atual da previdência social é reflexo dos déficits que vêm se acumulando nos últimos anos. Em 2003, que é o primeiro ano apresentado no gráfico, já ocorria a situação na qual era gasto mais no pagamento dos benefícios do que se arrecadava. Contudo, a situação ficou mais crítica a partir do ano de 2014, quando o crescimento do déficit tomou altas proporções, fazendo com que o governo voltasse a discutir possíveis alterações no regime da previdência social.

2.3 Previdência complementar

Durante a vida, as pessoas estão sujeitas a infortúnios, tais como morte prematura, invalidez ou ter que enfrentar a velhice recebendo menos se comparado ao período em que se trabalhava. O sistema público de previdência oferece proteção para essas situações, porém enfrenta dificuldades em suprir as reais necessidades do indivíduo, no que diz respeito a valores financeiros. A previdência privada surge para amenizar esses possíveis infortúnios. Se constitui de programas privados de adesão voluntária, com o intuito de reduzir os impactos financeiros negativos, complementando a renda do indivíduo (FENAPREVI, 2018).

Conforme Póvoas (2007), a previdência privada se caracteriza pelo conjunto sistematizado de coberturas para atender às necessidades previdenciárias de uma pessoa. Os planos previdenciários devem ser estruturados tecnicamente, para que além das coberturas, sejam apresentadas garantias de que as necessidades dos indivíduos serão supridas.

No mesmo contexto, segundo Martins, Lazzari e Martins (2006), a previdência complementar é autônoma em relação à previdência social e apesar da nomenclatura “complementar”, a contratação é facultativa e não necessariamente é preciso ser segurado da previdência social para contratar um plano de previdência privada.

O fundamento dos planos de previdência privada não é o enriquecimento da pessoa por meio das contribuições, se esse for o desejo da pessoa existem outras formas de se almejar riqueza, como o investimento na bolsa de valores, na qual existe a possibilidade de maximizar os recursos, porém o risco de se perder dinheiro é inerente. Os planos previdenciários privados têm por objetivo manter a continuidade

do padrão de vida de uma pessoa, numa fase madura da vida, complementando o que se recebe através da previdência pública (WEINTRAUB, 2003).

2.3.1 História e princípios

A evolução do sistema de previdência privada no Brasil ocorreu em consequência do surgimento da previdência social, em função da sua natureza complementar ao regime público. Os primeiros sinais de proteção social no Brasil surgiram por volta de 1850, com a instalação das primeiras seguradoras nacionais, que cobriam incêndios e ofereciam seguros de vida (BELTRÃO et al., 2004).

Nas primeiras décadas do século XX houve um aumento no número de fábricas no país, e consequentemente o aumento da quantidade de acidentes de trabalho e das preocupações com questões como saúde e segurança. Assim, mesmo com o desenvolvimento da previdência social, nos anos de 1920, a evolução do sistema privado não parou. As instituições privadas garantiam proteção às classes de trabalhadores que inicialmente não estavam protegidas pelo sistema público, e já lançavam a ideia de complementar a renda daqueles que eram segurados da previdência social, como ocorre atualmente (BELTRÃO et al., 2004).

A previdência privada no Brasil se concretizou efetivamente após a promulgação da Lei nº 6.435 de 1977, que foi baseada na legislação norte-americana. A lei regulamentava as entidades de previdência privada tanto de empresas estatais como privadas e trazia a ideia de constituição de reserva através do regime de capitalização. Contudo, o sistema de previdência complementar, apesar de ter passado por períodos de inflação crônica, juros elevados e privatizações, evoluiu muito bem nas últimas décadas (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2018).

Foi na década de 1990 que as entidades abertas de previdência privada se firmaram no mercado brasileiro, em decorrência da situação desfavorável da previdência social e pelo amadurecimento do próprio sistema privado. Após o Plano Real, houve uma série de fusões e aquisições entre as empresas do setor de previdência privada, tornando esse mercado mais competitivo e acelerando o crescimento (BELTRÃO et al., 2004).

No ano de 2001, foi promulgada a Lei Complementar nº 109, regulamentando o artigo 202 da Constituição Federal. Com a nova lei, os planos se tornaram mais flexíveis e adaptados à realidade e às necessidades do público atual. A previdência complementar atualmente visa assegurar ao trabalhador um recurso adicional para garantir uma melhor qualidade de vida no futuro (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2003).

São considerados princípios da previdência privada, conforme Ramos (2005), a solidariedade, a igualdade, a liberdade, a universalidade, a seletividade e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

O princípio da solidariedade busca a redução das desigualdades sociais através das técnicas de proteção social. Já o princípio da igualdade visa o bem-estar social, dando conforme a necessidade e buscando conforme a possibilidade de cada indivíduo (RAMOS, 2005).

Conforme Ramos (2005), o princípio da liberdade traz consigo a questão de que o indivíduo está livre para negociar um plano de previdência privada e decidir o momento de entrar e sair desse plano. E o princípio da universalidade é aplicado de forma parcial, pois universal significa para todos, porém no caso dos planos fechados de previdência privada, o plano só pode ser acessado por funcionários de determinada empresa.

O princípio da seletividade traz a ideia de que os riscos cobertos pelo plano de previdência privada devem constar no contrato. Por fim, o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, trata de que os benefícios não sejam onerados e que o poder aquisitivo do momento da contratação do plano se mantenha em todos os momentos históricos (RAMOS, 2005).

2.3.2 Legislação

A previdência complementar passou a ser regrada em 1977, com a criação da lei 6.435/1977, que dispunha sobre as entidades de previdência privada. Já no ano de 2001 houve mudanças com o surgimento da Lei Complementar nº 109, que revogou a lei anterior e regulamenta o que diz respeito à previdência complementar até os dias de hoje (2018).

A nova lei permite maior transparência, flexibilidade e segurança à previdência privada. Apesar da expectativa de obrigatoriedade que havia antes da sua criação, manteve-se a facultatividade do sistema. (WEINTRAUB, 2003).

Os parágrafos iniciais da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, tratam da autonomia e da facultatividade da previdência privada:

Art. 1º O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, é facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício, nos termos do caput do art. 202 da Constituição Federal, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 2º O regime de previdência complementar é operado por entidades de previdência complementar que têm por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma desta Lei Complementar. (BRASIL, 2001, texto digital).

Conforme Correia e Villela (2005), o tema da previdência privada algumas vezes é mencionado como se fosse uma alteração do papel do Estado. No entanto, seu regramento é dado pela Constituição Federal e sua função é promover bem-estar social e satisfação dos interesses sociais dos brasileiros.

As entidades de previdência complementar citadas no artigo 2º da Lei Complementar nº 109 dizem respeito, segundo Correia e Villela (2005), às instituições que têm por finalidade executar os planos de benefícios. As entidades fechadas têm como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, enquanto que o objeto das entidades abertas é designado também como execução de planos previdenciários, porém esses são acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Segundo Weintraub (2003), a Lei Complementar nº 109 criou novos aspectos regulatórios da previdência privada. Assim, regulamenta que o beneficiário pode optar por receber benefícios que correspondem aos valores das contribuições realizadas a partir do momento em que cessa o vínculo empregatício do empregador ou instituidor. Também rege sobre a portabilidade, em que se possibilita a transferência das reservas do trabalhador para outro fundo de pensão.

A normas sobre os planos de benefícios são citados pelo artigo 14 da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001:

Art. 14. Os planos de benefícios deverão prever os seguintes institutos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador:

I - benefício proporcional diferido, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade;

II - portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano;

III - resgate da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada; e

IV - faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.

§ 1º Não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.

§ 2º O órgão regulador e fiscalizador estabelecerá período de carência para o instituto de que trata o inciso II deste artigo.

§ 3º Na regulamentação do instituto previsto no inciso II do caput deste artigo, o órgão regulador e fiscalizador observará, entre outros requisitos específicos, os seguintes:

I - se o plano de benefícios foi instituído antes ou depois da publicação desta Lei Complementar;

II - a modalidade do plano de benefícios.

§ 4º O instituto de que trata o inciso II deste artigo, quando efetuado para entidade aberta, somente será admitido quando a integralidade dos recursos financeiros correspondentes ao direito acumulado do participante for utilizada para a contratação de renda mensal vitalícia ou por prazo determinado, cujo prazo mínimo não poderá ser inferior ao período em que a respectiva reserva foi constituída, limitado ao mínimo de quinze anos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador. (BRASIL, 2001, texto digital).

O artigo 14 da Lei Complementar nº 109 foi criado, segundo Correia e Villela (2005), para dar mais flexibilidade aos beneficiários nos casos de portabilidade e resgate do valor, porque atualmente as relações de trabalho estão mais dinâmicas. Um exemplo disso é o fato de que poucas pessoas se mantêm vinculadas a uma só empresa durante toda a vida produtiva. Contudo, essa Lei Complementar incluiu direitos que não eram considerados juridicamente nas normas anteriores.

Antes da criação da Lei Complementar nº 109, a portabilidade ainda não havia sido regulamentada. Assim, o adepto a uma entidade de previdência privada não podia transferir seus recursos para outra instituição. Nos casos em que a empresa auxiliava com as contribuições, apenas era possível resgatar a parte que o contribuinte havia pago e caso estivesse previsto no contrato, o contribuinte poderia

continuar contribuindo com o dobro, referente ao valor antes depositado pela empresa. (WEINTRAUB, 2003).

Com a portabilidade, que se caracteriza pela transferência de um plano de previdência privada de uma instituição financeira para outra, o contribuinte pode optar pela instituição que deseja manter o plano e continuar contribuindo normalmente caso a empresa deixe de contribuir com sua parte. Outra vantagem que surgiu a partir da Lei Complementar nº 109 é o direito do trabalhador a 100% das reservas técnicas. No caso de término de contrato, o funcionário terá direito ao montante do qual é titular, mesmo que tenha sido contribuição exclusiva da empresa (WEINTRAUB, 2003).

2.3.3 Entidades

O atual sistema de previdência privada é classificado por entidades, sendo elas a Entidade Aberta de Previdência Privada (EAPP), que consiste em planos benefícios que são oferecidos livremente para todas as pessoas interessadas; e a Entidade Fechada de Previdência Privada (EFPP), na qual os planos são instituídos por pessoas jurídicas e o acesso é restrito às pessoas vinculadas a essa empresa (RAMOS, 2005).

Os planos de previdência complementar podem ser fechados ou abertos. Um plano fechado tem vínculo direto com uma empresa, privilegiando seus colaboradores, e não pode ser acessado por pessoas que não pertençam a determinada empresa, geralmente é mais vantajoso pois em alguns casos a empresa contribui com algum valor além do que é depositado pelo segurado. Já os planos abertos podem ser aderidos por qualquer pessoa. A previdência complementar pode ser pensada como uma poupança forçada, na qual se reserva um valor a cada mês para complementar a renda no momento em que não há mais possibilidade de se obter renda através da força de trabalho.

O conceito de entidades fechadas de previdência privada é mencionado pelo artigo 31 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001:

Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:

I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e

II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores (BRASIL, 2001, texto digital).

As empresas que oferecem os planos fechados, denominadas patrocinadoras, buscam criar um maior vínculo com os participantes dos planos, através da complementação de renda. A criação de uma entidade fechada pode trazer uma série de benefícios à empresa patrocinadora, como a melhoria da relação entre empregador e empregado, para reter colaboradores qualificados e assim tornar a empresa mais competitiva (RAMOS, 2005).

O sistema fechado de previdência privada consiste na contribuição conjunta da empresa patrocinadora e do participante. A contribuição da patrocinadora é um incentivo ao trabalhador e faz com que ele tenha um valor superior quando for resgatar do que teria se contribuísse com as mesmas parcelas a um plano aberto. As empresas podem contribuir no máximo com o mesmo valor do participante, o que é previsto na Constituição Federal (WEINTRAUB, 2003).

O conceito das entidades abertas de previdência privada é citado pelo artigo 36 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001:

Art. 36. As entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida poderão ser autorizadas a operar os planos de benefícios a que se refere o caput, a elas se aplicando as disposições desta Lei Complementar (BRASIL, 2001, texto digital).

Os participantes dos planos abertos de previdência privada, segundo Ramos (2005), não dependem de vínculo entre pessoas físicas ou jurídicas, sendo assim, os participantes são considerados associados das entidades abertas. Os planos de benefícios são livres, e podem ser individuais ou coletivos, porém são limitados no sentido de que não podem operar em setores de proteção. O caráter dos planos deve ser obrigatoriamente previdenciário.

Os planos abertos de previdência privada começaram a se difundir, conforme Weintraub (2003), após a implantação do Plano Real, em 1994, pois a organização financeira e a visão de futuro eram mais incertas nos períodos de hiperinflação,

contudo a adesão dos planos abertos se tornou tendência e vem se expandindo ao longo dos anos, diante da necessidade de se complementar a previdência social.

2.3.4 Órgãos reguladores

As entidades abertas de previdência privada são regulamentadas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que fica a cargo de executar uma série de funções que visam o cumprimento da legislação. A SUSEP fica encarregada da execução da política nacional de seguros privados. É um órgão do Governo que recebe relatórios das seguradoras para a apuração de valores e aplicações dos participantes (MARTINS; LAZZARI; MARTINS, 2006).

Já as entidades fechadas de previdência privada são regulamentadas e fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que se caracteriza por uma autarquia de natureza especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem como função fiscalizar e supervisionar as atividades, além de executar políticas a respeito das entidades fechadas (PREVIC, 2018).

As funções que competem aos órgãos reguladores da previdência complementar no Brasil são citados nos artigos 5º, 6º, 7º e 9º da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001:

Art. 5o A normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades das entidades de previdência complementar serão realizados por órgão ou órgãos regulador e fiscalizador, conforme disposto em lei, observado o disposto no inciso VI do art. 84 da Constituição Federal.

Art. 6o As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica, segundo as normas aprovadas pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme disposto nesta Lei Complementar.

Art. 7o Os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Parágrafo único. O órgão regulador e fiscalizador normatizará planos de benefícios nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, bem como outras formas de planos de benefícios que reflitam a evolução técnica e possibilitem flexibilidade ao regime de previdência complementar.

Art. 9o As entidades de previdência complementar constituirão reservas técnicas, provisões e fundos, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador (BRASIL, 2001, texto digital).

Para que a regulação e fiscalização da previdência complementar ocorra, são determinados em lei agentes para executar esse papel. Segundo Correia e Villela (2005), apesar das empresas que operam os planos de benefícios serem de natureza privada, o governo busca controlar as atividades privadas atuando como fiscalizador para que seja possível intervir nas empresas privadas, o que possibilita a realização das políticas públicas.

Os padrões mínimos exigidos no artigo 7º da Lei Complementar nº 109, segundo Correia e Villela (2005), são um dever do Estado para que os beneficiários tenham direito à informações claras a respeito dos planos. Compete ao órgão regulador estabelecer esses padrões mínimos e o que for determinado pelo órgão deve ser respeitado.

2.3.5 Planos

Os planos de previdência complementar são classificados em Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Ambos os planos consistem em acumulação de recursos para posterior retirada. O plano VGBL é classificado como seguro de pessoa, enquanto que o PGBL é um plano de previdência complementar (SUSEP, 2018).

A principal diferença entre os dois planos é a tributação. Em ambos é cobrado Imposto de Renda (IR) no momento da retirada dos valores, porém enquanto que no plano VGBL o Imposto de Renda incide somente sobre os rendimentos, no plano PGBL ele incide sobre o valor total a ser retirado. Os participantes do plano PGBL podem deduzir até 12% da renda bruta anual na declaração de Imposto de Renda, enquanto que os prêmios do plano VGBL não podem ser deduzidos. Se o valor da dedução for maior que a porcentagem de Imposto de Renda cobrado no resgate do plano, o PGBL é mais vantajoso. Caso a pessoa não necessite fazer a declaração de Imposto de Renda ou a dedução seria menor do que o tributo cobrado no resgate do plano, o VGBL é a melhor opção. Portanto cabe ao participante avaliar qual é o plano mais vantajoso (SUSEP, 2018).

Na modalidade de plano PGBL é permitido que o Imposto de Renda seja pago no momento do resgate, assim, o usuário pode utilizar o plano para deduzir até 12%

da renda anual na declaração de IR. Para exemplificar essa dedução, na Tabela 1 é feita a comparação entre um exemplo de uma declaração de IR de uma pessoa sem o plano PGBL e de outra pessoa que possui o plano PGBL (ITAÚ, 2018).

Tabela 1 – Comparativo entre declaração de IR sem PGBL e com PGBL

Sem previdência PGBL		Com previdência PGBL	
Salário	R\$ 4.000,00	Salário	R\$ 4.000,00
Previdência social (INSS)	R\$ 430,78	Previdência social (INSS)	R\$ 430,78
-	R\$ 0,00	Plano PGBL	R\$ 480,00
Base de cálculo para IR	R\$ 3.569,22	Base de cálculo para IR	R\$ 3.089,22
Imposto de Renda	R\$ 250,92	Imposto de Renda	R\$ 156,58

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Itaú (2018).

Ao analisar a Tabela 1, percebe-se uma diferença que o usuário de um plano PGBL deve pagar no momento de declarar seu imposto de renda, pois ele consegue deduzir parte do imposto, no exemplo são deduzidos R\$ 480,00 e isso gerou um economia de R\$ 94,34, valor que pode ser utilizado em outro investimento ou reinvestido no plano de previdência.

A tributação está presente sobre todos os planos de previdência privada, sendo que o contratante pode optar por dois tipos de tributação referente ao imposto de renda, sendo eles a tributação progressiva compensável e a tributação regressiva definitiva, nas quais as alíquotas são apresentadas respectivamente nas Tabelas 2 e 3 (ITAÚ, 2018).

Tabela 2 – Tributação progressiva compensável do Imposto de Renda

Até 64 anos		
Base de cálculo mensal em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do IR em R\$
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Acima de 65 anos		
Base de cálculo mensal em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do IR em R\$
Até 3.807,96	-	-
De 3.807,97 até 4.730,63	7,5	285,60
De 4.730,64 até 5.655,03	15	640,40
De 5.655,04 até 6.568,66	22,5	1.064,52
Acima de 6.568,67	27,5	1.392,95

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Itaú (2018).

Tabela 3 – Tributação regressiva definitiva do Imposto de Renda

Prazo de investimento (anos)	Alíquota de IR na fonte
Até 2 anos	35%
2 a 4 anos	30%
4 a 6 anos	25%
6 a 8 anos	20%
8 a 10 anos	15%
Acima de 10 anos	10%

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Itaú (2018).

A escolha do tipo de tributação mais vantajoso vai depender do plano escolhido pelo contratante e do tempo em que pretende manter os aportes. Por exemplo, a tabela regressiva pode ser interessante para aqueles que pretendem manter o plano de previdência privada a longuíssimo prazo, pois cada depósito atinge a tributação mínima após mantê-lo por mais de dez anos, enquanto que a tabela progressiva pode servir para aqueles que fazem a declaração completa do Imposto de Renda e desejam deduzir o imposto a partir dos valores aportados.

2.4 Outros tipos de investimentos

Toda forma de guardar dinheiro pensando no longo prazo pode ser considerada uma previdência. Além da previdência social que é obrigatória e das opções de previdência privada que são formas de complementar renda, qualquer pessoa pode guardar valores de outras maneiras, como por exemplo em poupança ou aplicação financeira. Para as pessoas que têm mais facilidade em poupar, alguns tipos de investimento podem substituir ou complementar os formatos tradicionais de previdência.

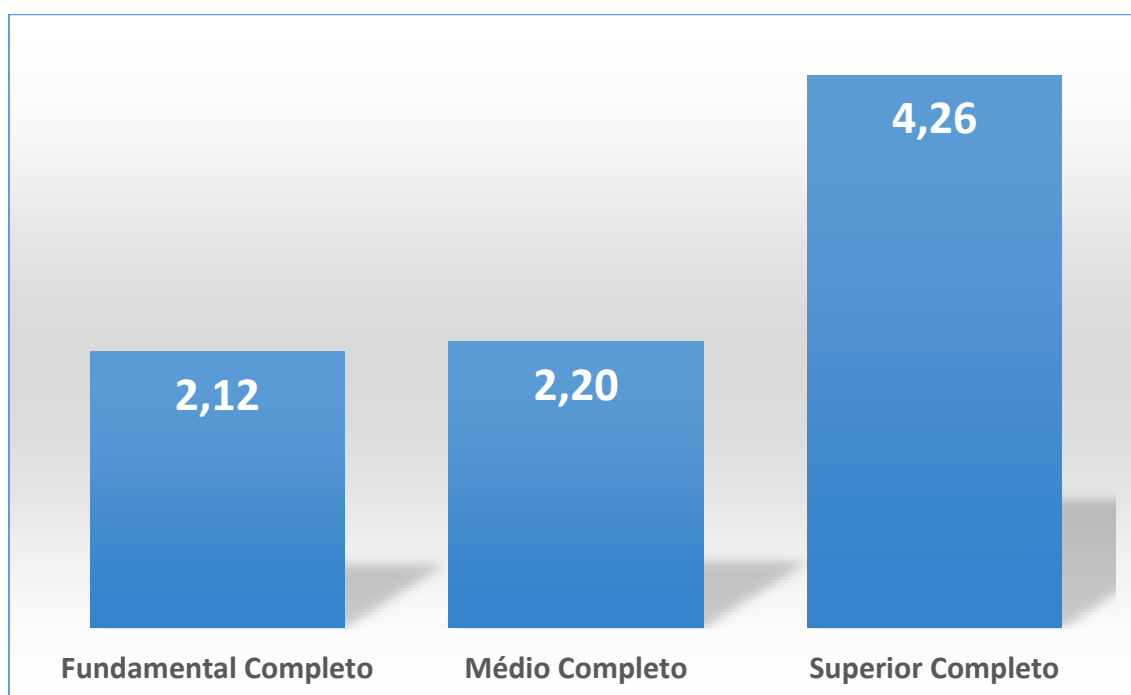
Investimento, segundo Bernstein e Damodaran (2000), é quando alguém se abstém do consumo ou do prazer de consumir algo no presente para desfrutar de mais consumo no futuro. Um bom investidor busca utilizar as probabilidades para calcular os riscos do investimento e considera os efeitos da inflação e assim poderá transformar incerteza em quase certeza.

Investir implica em desistir de bons momentos no presente visando obter melhores no futuro. Um exemplo de investimento é ir à escola ou à universidade, nesse caso o estudante utiliza o tempo em que poderia estar se divertindo ou obtendo

renda através de trabalho para se dedicar ao estudo, com isso paga taxas escolares e busca aperfeiçoamento e maior conhecimento para ganhar mais dinheiro quando estiver bem preparado. Porém é difícil mensurar quanto o investimento em educação traz de retorno, pois depende de cada caso, e também é difícil saber por quanto tempo esse investimento produzirá uma boa renda (BERNSTEIN; DAMODARAN, 2000).

Para apresentar o que o investimento em educação pode trazer de retorno financeiro, o Gráfico 1 traz a média desse retorno com base nos dados da população da região do Vale do Taquari, RS, com base nos dados obtidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Gráfico 2 – Remuneração média (em salário mínimos) dos trabalhadores do Vale do Taquari conforme a escolaridade



Fonte: Adaptado pelo autor com base em RAIS (2016).

O investimento em educação assim como qualquer outro investimento, envolve certo risco, isso porque o fato de estar graduado não garante um trabalho com boa remuneração. No entanto, o que o Gráfico 1 apresenta é que na média a remuneração de um colaborador que possui ensino superior completo é 93,31% maior se comparado àquele que somente concluiu o ensino médio (RAIS, 2016).

2.4.1 Poupança

A conta poupança, também conhecida como caderneta de poupança é um tipo de investimento criado para estimular a economia popular. Ela não cobra tarifas, não cobra Imposto de Renda e os juros são creditados mensalmente nas datas de aniversário dos depósitos. Não há valor mínimo para aplicar, ou seja, pode ser depositado qualquer valor, até pequenos valores vão gerar rendimentos, desde que sejam mantidos por trinta dias (BCB, 2013).

A poupança é uma opção de investimento simples e segura, suas principais características são a rentabilidade garantida, a isenção de Imposto de Renda e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoas físicas, a não exigência de valor mínimo de depósito, a disponibilidade para retirar valores em qualquer dia e a solidez do investimento (SICREDI, 2018).

A remuneração dos depósitos de poupança é regulada pelo artigo 12 da Lei nº 8.177 de 1º de março de 1991:

Art. 12. Em cada período de rendimento, os depósitos de poupança serão remunerados:

I - como remuneração básica, por taxa correspondente à acumulação das TRD, no período transcorrido entre o dia do último crédito de rendimento, inclusive, e o dia do crédito de rendimento, exclusive;

II - como remuneração adicional, por juros de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento); ou

b) 70% (setenta por cento) da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

§ 1º A remuneração será calculada sobre o menor saldo apresentado em cada período de rendimento.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se período de rendimento:

I - para os depósitos de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos, o mês corrido, a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança;

II - para os demais depósitos, o trimestre corrido a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança.

§ 3º A data de aniversário da conta de depósito de poupança será o dia do mês de sua abertura, considerando-se a data de aniversário das contas abertas nos dias 29, 30 e 31 como o dia 1º do mês seguinte.

§ 4º O crédito dos rendimentos será efetuado:

I - mensalmente, na data de aniversário da conta, para os depósitos de pessoa física e de entidades sem fins lucrativos; e

II - trimestralmente, na data de aniversário no último mês do trimestre, para os demais depósitos (BRASIL, 1991a, texto digital).

Conforme consta no texto legislativo, o cálculo do juro da poupança é feito com base na Taxa Referencial (TR), em termos percentuais, que é calculada e divulgada pelo Banco Central do Brasil (BCB). Além da poupança, a TR serve de base de cálculo para outros tipos de investimentos e para correção de financiamentos (BCB, 2013).

2.4.2 Aplicações

Aplicações são investimentos que têm por objetivo um ganho financeiro, ou seja, rentabilizar ao longo do tempo. Nas aplicações, o dinheiro não fica disponível de imediato, é necessário efetuar o resgate do valor desejado ou a solicitação antecipada. Cada aplicação tem suas próprias condições no que se refere aos rendimentos, aos períodos de carência e à tributação (BCB, 2013).

As principais aplicações disponíveis no mercado são o Certificado de Depósito Bancário (CDB) e o Recibo de Depósito Bancário (RDB). Sendo ambos títulos privados representativos de depósitos a prazo feitos por pessoas físicas ou jurídicas. Algumas aplicações também podem estar sujeitas a riscos, por isso é importante que o investidor esteja ciente dos termos de cada aplicação. Os CDBs podem ser emitidos por bancos comerciais, múltiplos, de investimentos, de desenvolvimento e pela Caixa Econômica Federal. E os RDBs pelas sociedades de crédito e pelas cooperativas de crédito a seus associados. Os RDBs são intransferíveis e inegociáveis, diferente dos CDBs, que permitem a livre circulação dos títulos (BCB, 2018).

Sobre as aplicações em CDB e RDB, incide Imposto de Renda. Essa tributação é descontada no momento do resgate, e a alíquota depende do tempo que o aplicador mantiver o valor depositado, conforme é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Imposto de Renda sobre CDB e RDB

Prazo de permanência em dias corridos	Alíquota de IR
0 a 180	22,5%
181 a 360	20%
361 a 720	17,5%
Acima de 720	15%

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Bradesco (2018).

Como pode ser visto através da Tabela 4, a alíquota de IR é decrescente sobre o rendimento, ou seja, o retorno líquido será maior caso o aplicador mantenha seus depósitos por mais de dois anos, que equivale aos 720 dias. Nesse caso, pagará a alíquota mínima que é de 15% (BRADESCO, 2018).

2.4.3 Fundos

Fundos são tipos de investimento em que várias pessoas investem juntas, pois geralmente é exigido um montante maior de recursos, que uma pessoa sozinha teria mais dificuldade de conseguir. Esse investimento conjunto pode trazer uma rentabilidade melhor do que as aplicações tradicionais, mas também pode estar sujeito a riscos. Os participantes dos fundos de investimentos são chamados de cotistas, pois a quantia investida representa uma parte do fundo, ou seja, uma cota. A administração desses fundos de investimento, geralmente é realizada por funcionários de instituições financeiras (BCB, 2013).

Fundo de investimento é uma comunhão de recursos em forma de condomínio. Esses recursos são reinvestidos em ativos financeiros ou ativos de capitais, como por exemplo em títulos da dívida pública. A remuneração e o risco variam de acordo com os ativos nas quais o fundo tem investimentos. O valor das cotas do fundo são recalculadas periodicamente e não há garantia de que o valor de resgate do fundo será maior que o valor aplicado, portanto é importante que o aplicador se informe sobre as características dos fundos de investimento antes de investir, pois existem muitas opções (BCB, 2018).

2.4.4 Ações

Investir em ações no cenário econômico atual, segundo Assaf Neto e Lima (2011), proporciona ao investidor boas possibilidades de crescimento, porém a alta competitividade do mercado acaba por afastar qualquer tipo de amadorismo. Quem deseja investir em ações necessita ter conhecimento sobre a economia e investir de acordo com o seu perfil, pois esse tipo de investimento envolve riscos.

Uma das maiores preocupações de todo investidor é a preservação do seu patrimônio. Todo investimento em ações envolve um certo grau de risco, mas existem algumas atitudes que podem ajudar a minimizá-los, como estudar, conhecer e acompanhar as oscilações dos mercados e trabalhar com probabilidades. O investidor também pode procurar diversificar seus investimentos para não ser dependente de apenas um ativo e pensar no longo prazo, pois as oscilações do dia-a-dia podem ser absorvidas no longo prazo (ASSAF NETO; LIMA, 2011).

Em um país como o Brasil, onde a economia é instável e a política não passa uma visão de seriedade, os investimentos exigem uma análise mais criteriosa e uma diversificação dos ativos que compõem a carteira de investimentos, isso porque a partir de uma mudança política ou uma notícia ruim, em algumas horas o fato pode provocar um movimento de venda de ações e consequentemente a desvalorização de determinados ativos (DEBASTIANI; RUSSO, 2008).

Um dos fatores que acaba por frear os investimentos no país é a alta taxa de juros. A nossa taxa básica de juros é a Selic e o órgão que estabelece as diretrizes econômicas do país é o Comitê de Política Monetária (COPOM). Quando o COPOM reduz a taxa de juros, o custo do capital para investimento fica mais barato, movimentando mais a economia. Já quando a taxa de juros aumenta, o governo restringe o giro da economia como forma agressiva de manter o equilíbrio fiscal, provocando redução da atividade econômica e consequentemente um maior grau de endividamento das famílias. Portanto, o investidor em ações deve se preparar através do conhecimento sobre os indicadores macroeconômicos. Além disso, há outros indicadores como a inflação, o câmbio, o risco-país e o PIB, que podem ser analisados (DEBASTIANI; RUSSO, 2008).

2.5 Comparativo entre os tipos de investimento

Estão disponíveis no mercado, vários produtos para investir recursos financeiros, alguns exemplos são os planos de previdência, a compra de imóveis, a poupança, os fundos de investimento e a Bolsa de Valores. A escolha dos tipos de investimento depende do perfil do investidor. Um dos principais fatores a serem analisados antes de investir é verificar se o grau de risco que certo produto de

investimento apresenta, condiz com o que o investidor considera um risco aceitável (SANTANDER, 2018).

Os investidores podem ser classificados em três perfis, que são: conservador, moderado e arrojado. O investidor conservador é aquele que tem por objetivo preservar seu capital e não está disposto a correr riscos, ou até mesmo aquele que não consegue manter um investimento a longo prazo pela necessidade de retirar os recursos. Já o investidor moderado se dispõe a correr alguns riscos a médio prazo, geralmente esse perfil busca diversificar seus investimentos colocando parte dos seus recursos em operações que envolvem risco. Por fim, pode ser considerado um investidor arrojado uma pessoa que tolera altos riscos, que aceita as oscilações do mercado e até certas perdas na busca de retornos positivos no longo prazo (SANTANDER, 2018).

Para entender qual a carteira adequada para cada investidor é preciso indagar sobre as suas necessidades, preferências, atitudes e limitações. Segundo Bernstein e Damodaran (2000), três componentes devem ser levados em conta na hora de optar pelos investimentos mais adequados para cada perfil de investidor. O primeiro elemento a ser analisado é o risco, que é a questão mais importante, pois parte do conceito básico de que para almejar maiores retornos, o investidor deve aceitar maiores riscos. O segundo elemento é a necessidade financeira do investidor, caso ele necessite resgatar o valor em um curto prazo, isso pode influenciar nos ganhos. E o terceiro elemento é a tributação, o investidor precisa estar atento aos impostos que incidem sobre alguns tipos de investimento, principalmente a respeito do Imposto de Renda devido a sua complexidade. É importante que o investidor ao calcular suas metas de retorno, tenha conhecimento sobre a tributação, sobre os riscos das operações e os outros elementos presentes, para considerá-los no planejamento e obter uma visão mais clara e real do futuro em relação aos seus investimentos.

Para fazer uma simples comparação entre alguns dos tipos mais comuns de investimento e entender como se distribui a relação entre o risco e a rentabilidade e também para estar atento a incidência de IR, o Quadro 2 apresenta um comparativo de tipos de investimentos para perfis mais conservadores até os mais arrojados.

Quadro 2 – Comparativo entre investimentos

Tipos de Investimento	Risco	Rentabilidade	Tributação IR
Poupança	Muito baixo	Muito baixa	Isenta
Aplicação em CDB/RDB	Muito baixo	Baixa	15% a 22,5%
Fundos de renda fixa	Baixo	Baixa	20%
Previdência privada	Baixo	Média	10% a 35%
Imóveis	Baixo	Média	Aproximadamente 15%
Fundos multimercado	Médio	Média	20%
Dólar	Alto	Média	Aproximadamente 15%
Ações Ibovespa	Alto	Alta	15%

Fonte: Adaptado pelo autor com base em UDESC (2016).

Conforme é apresentado no Quadro 2, é possível identificar uma linha próxima entre rentabilidade maior e risco maior. Investimentos conservadores como a poupança ou aplicações possuem um risco baixíssimo, porém o retorno é mínimo. O único item do quadro que é classificado como retorno alto são as Ações da Ibovespa, porém seu risco também é classificado como alto, ou seja, são investimentos para perfis arrojados.

O conceito de previdência abordado pelo presente trabalho, que contempla todos os tipos de investimento, traz a ideia de que cada pessoa tem a possibilidade de se preparar para o futuro de variadas formas. É importante que o investidor avalie seu perfil e aja com esse autoconhecimento, e caso queira realizar investimentos mais arrojados, é indicado que eles sejam diversificados, podendo assim minimizar o risco de perda do capital investido.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, segundo Vianna (2001), consiste na ciência e na arte de atingir objetivos através de ações, que devem ser trabalhadas com pertinência, objetividade e fidedignidade. Já o método é o caminho para atingir os objetivos propostos, ou seja, a metodologia é a ciência que estuda os métodos. No trabalho acadêmico, a metodologia é utilizada para seguir os passos necessários para resolver o problema de pesquisa, alguns exemplos desses passos são a definição do tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, a organização e as análises.

Ainda sobre os conceitos de metodologia e método, segundo Strauss e Corbin (2008), método envolve as técnicas e os procedimentos que fornecem os meios para ver além do comum e atingir uma melhor compreensão da realidade. O objetivo dos pesquisadores é usar da metodologia para a criação de teorias, porém mais importante que criar teorias é baseá-la em dados, com análises e interpretações.

A partir da definição dos procedimentos metodológicos é possível compreender de que maneira foi realizada a pesquisa. Estão descritos nesse capítulo os instrumentos e as técnicas que foram utilizadas na aplicação da pesquisa e na interpretação dos resultados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Pesquisa acadêmica, segundo Santos (2007), é uma atividade pedagógica que visa despertar o espírito da busca intelectual autônoma. A pesquisa surge a partir do esforço dos homens na percepção da realidade e na busca de respostas perante o

desconhecido. Na pesquisa acadêmica é importante utilizar a indagação para problematizar as necessidades e assim indicar respostas e solucionar problemas.

Nos subtítulos seguintes está descrito o tipo de pesquisa realizada, através do modo de abordagem, do objetivo geral e dos procedimentos técnicos.

3.1.1 Quanto ao modo de abordagem

O termo pesquisa qualitativa, conforme Strauss e Corbin (2008), se refere a pesquisa que produz resultados que não seriam alcançados por procedimentos estatísticos ou meios quantitativos. Ela é realizada sobre a vida das pessoas, sobre suas experiências, comportamentos, emoções e sentimentos. As técnicas qualitativas geralmente são aplicadas através de entrevistas e observações, nas quais são realizadas análises interpretativas.

Uma das características da pesquisa qualitativa, segundo Sandín e Esteban (2010), é a naturalidade, no sentido de que o pesquisador visa responder questões do mundo real sem construir nem modificar os fatos, retratando-os através de percepções e de sensibilidades. A pesquisa qualitativa exige flexibilidade por parte do pesquisador, pois é necessário dar atenção aos elementos linguísticos, sociais, culturais, políticos e teóricos em relação aos participantes e também a comunidade em que a pesquisa é realizada.

Segundo no mesmo conceito, a pesquisa qualitativa utiliza-se de casos e dos seus contextos para entender as questões em estudo. Os pesquisadores buscam ter acesso a experiências e interações dos participantes para trazer novas abordagens e processos de reflexão e assim, trabalhar na interpretação dos resultados obtidos (GIBBS, 2009).

A presente pesquisa foi caracterizada quanto ao modo de abordagem como qualitativa, porque o objetivo é produzir conhecimento através de uma análise realizada com base nos pensamentos e nas experiências dos entrevistados, que são estudantes da Univates, da geração Y, que responderam a questionamentos a partir da aplicação de entrevistas em profundidade.

3.1.2 Segundo o objetivo geral

Os estudos exploratórios, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), têm por objetivo examinar um tema ou problema de pesquisa na qual há dúvidas, geralmente pelo tema ter sido pouco estudado. Para entender melhor o conceito de pesquisa exploratória, pode-se fazer uma analogia com uma viagem a um lugar desconhecido, nesse caso, é preciso que o turista explore através de perguntas às pessoas do lugar, na busca das informações necessárias para uma experiência positiva. Da mesma forma, o pesquisador explora através de perguntas aos entrevistados para sanar as dúvidas do problema de pesquisa e obter uma análise rica em conteúdo.

Conforme Santos (2007), explorar significa criar uma familiaridade em relação a um fato, fenômeno ou processo. Com essa familiaridade, se busca levantar informações a respeito do assunto, com foco no problema de pesquisa a fim de revelar novas fontes de informação. A pesquisa exploratória geralmente é realizada através de levantamento bibliográfico e de entrevistas com profissionais que atuam ou possuem conhecimento em determinada área.

A caracterização da pesquisa segundo seu objetivo geral é exploratória, devido à necessidade de explorar as informações coletadas através de análise em profundidade na busca de maior conhecimento sobre o tema, e do entendimento a respeito dos pensamentos dos estudantes da Univates em relação aos aspectos do tema previdência, no que diz respeito à importância dada ao tema, as preocupações e as atitudes visando um futuro economicamente estável.

3.1.3 Segundo os procedimentos técnicos

Os procedimentos técnicos, conforme Chemin (2015), consistem nas técnicas, instrumentos e estratégias de pesquisa utilizadas para coletar e analisar dados. Na descrição dos procedimentos técnicos, é necessário confrontar a teoria com a realidade e mencionar a forma que foi utilizada na coleta dos dados e na sua análise.

Na presente pesquisa, foi realizada coleta de dados a partir de embasamento teórico, com dados secundários obtidos através de pesquisas bibliográficas e da busca de dados primários, através das entrevistas em profundidade.

3.1.3.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, conforme Santos (2007), é um procedimento de coleta de dados que busca descobrir particularidades a respeito de certo tema. É uma das formas mais utilizadas para coletar informações, tendo como fonte as bibliografias, que podem ser livros, publicações periódicas, gravações, textos da internet, relatórios de seminários, congressos, entre outros. A utilização parcial dessas fontes já se caracteriza como pesquisa bibliográfica.

Contudo, seguindo a mesma linha conceitual, Severino (2001), cita que o levantamento da bibliografia consiste na busca de obras para servir de base teórica ao tema escolhido, que podem ser livros, artigos, etc. É importante que a escolha das obras seja criteriosa, utilizando-se apenas os textos que tratam especificamente sobre o tema escolhido.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada neste estudo para obter as bases conceituais necessárias para a aplicação das entrevistas em profundidade.

3.1.3.2 Entrevistas em profundidade

As entrevistas, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), podem ser definidas como reuniões para conversar e trocar informações com pessoas, podendo ser aplicadas individualmente, em conjunto ou através de uma dinâmica de grupo focal. São classificadas como estruturadas, semiestruturadas e não-estruturadas. Nas entrevistas estruturadas há um roteiro de perguntas na qual o entrevistador se limita, já nas semiestruturadas, há maior liberdade para que o entrevistador, a partir do roteiro possa fazer novas perguntas durante a entrevista, e por fim, nas entrevistas não-estruturadas, o entrevistador possui total flexibilidade para realizar questionamentos, se baseando apenas no roteiro geral do conteúdo da pesquisa.

Na pesquisa qualitativa, geralmente as primeiras entrevistas são mais abertas e vão se estruturando conforme o trabalho avança. É importante que o entrevistador seja flexível para que as experiências dos participantes possam ser percebidas sem a influência do pesquisador, o entrevistador também deve adaptar sua comunicação

à linguagem do entrevistado e aplicá-la de maneira amistosa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A pesquisa foi desenvolvida através da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Foi optado por realizar entrevistas abertas para possibilitar a liberdade de expressão do entrevistado e manter a naturalidade do diálogo, no entanto, as perguntas partiram de um roteiro de entrevistas pré-definido de doze questões, que visa responder aos objetivos propostos, e durante a entrevista foi possível acrescentar outros questionamentos para aumentar a qualidade da pesquisa. O roteiro de questões é apresentado no Quadro 3, que traz a relação entre os objetivos, os autores utilizados no referencial teórico e as questões das entrevistas.

Quadro 3 – Roteiro de questões para entrevista em profundidade

Objetivos	Autores	Questões
Objetivo Geral: Compreender a visão dos estudantes da Univates quanto ao futuro em relação à previdência.	Assaf Neto e Lima (2011) Beltrão et al. (2004) Bernstein e Damodaran (2000) Correia e Villela (2005) Debastiani e Russo (2008) Martinez (2001) Martins, Lazzari e Martins (2006) Paixão (1998) Póvoas (2007) Ramos (2005) Weintraub (2003)	1. Você tem o costume de poupar? 2. Como organiza seus gastos? 3. Quanto em percentual você poupa pensando no futuro? 4. Qual sua opinião sobre previdência social e sobre previdência privada?
Objetivo Específico nº 1: Identificar os fatores que levam ou levariam os estudantes da Univates a optarem pela previdência complementar;	Beltrão et al. (2004) Correia e Villela (2005) Fenaprevi (2018) Itaú (2018) Lei Complementar nº 109/2001 Martins, Lazzari e Martins (2006) Póvoas (2007) Previc (2018) Previdência Social (2008) Ramos (2005) Susep (2018) Weintraub (2003)	5. Você possui um plano de previdência privada? Se sim, qual plano? Por que optou por esse plano, por quanto tempo pretende manter os aportes e o que pretende fazer com os recursos? Se não, você já havia pensado em contratar um plano de previdência privada? Você poupa de outra forma? Exemplifique.
Objetivo Específico nº 2: Analisar as preferências dos estudantes da Univates em relação às opções de previdência;	Assaf Neto e Lima (2011) Beltrão et al. (2004) Bernstein e Damodaran (2000) Correia e Villela (2005) Debastiani e Russo (2008) Martinez (2001) Martins, Lazzari e Martins (2006) Paixão (1998) Póvoas (2007) Ramos (2005) Weintraub (2003)	6. De que maneira você organiza seus investimentos? 7. Qual perfil de investidor você se considera? Conservador (somente poupança), moderado (investimento diversificados) ou arrojado (aceita correr riscos)?

Objetivo Específico nº 3: Relatar a percepção dos estudantes da Univates sobre o futuro da previdência social;	Decreto nº 3.048/1999 Lei nº 8.213/1991 Lei nº 8.213/1991 Martinez (2001) Paixão (1998) Póvoas (2007) Previdência Social (2018) Weintraub (2003)	8. Qual a sua opinião sobre a reforma da previdência social? 9. Para você, a renda que irá receber do INSS será suficiente para garantir suas necessidades no futuro? Comente.
Objetivo Específico nº 4: Entender de que maneira os estudantes da Univates lidam com suas finanças pessoais e qual sua visão de futuro.	Assaf Neto e Lima (2011) BCB (2013) Bernstein e Damodaran (2000) Bradesco (2018) Debastiani e Russo (2008) Lei nº 8.177/1991 RAIS (2016) Santander (2008) Sicredi (2018)	10. Como você lida com suas finanças pessoais? Faz controles de gastos e estabelece objetivos financeiros? 11. Você planeja financeiramente seu futuro? Como você se imagina daqui a 5 anos e quando for se aposentar? 12. Como você pretende estar quando for uma pessoa idosa? Quais atitudes você toma hoje que irão refletir na sua vida na 3ª idade?

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 3 traz a relação entre as doze questões pré-definidas do roteiro de entrevistas e os cinco objetivos propostos pela pesquisa. Isso porque as perguntas que foram direcionadas aos entrevistados visam atingir os objetivos da pesquisa através da análise do conjunto de respostas. No Quadro 3 também estão relacionados os autores que tratam sobre o tema pesquisado e são a base conceitual da pesquisa, ou seja, os conceitos referentes aos assuntos trabalhados nas entrevistas são citados no referencial teórico do presente trabalho.

3.2 Sujeitos da pesquisa

Indivíduos, instituições ou campos são os sujeitos que podem ser acessados para a aplicação de uma pesquisa qualitativa. É importante que o pesquisador saiba selecionar os indivíduos que serão entrevistados, porque é comum haver resistência ou indisponibilidades. Caso o pesquisador consiga entrevistar pessoas mais experientes, a pesquisa pode se tornar mais relevante. (FLICK, 2004).

Os sujeitos da presente pesquisa, que participaram do trabalho através das respostas às entrevistas em profundidade foram quinze estudantes da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Não se optou por delimitar a pesquisa por tipo de curso, sendo assim, foi realizada com estudantes dos cursos de Administração de Empresas, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil, Gestão de Micro e Pequenas Empresas e Pedagogia.

Os entrevistados escolhidos estavam situados na faixa etária que corresponde a geração Y, dos 22 aos 37 anos de idade, trabalhar com essa geração proporcionou maior enfoque a pesquisa, pois todos estão presentes no mercado de trabalho.

3.3 Plano de coleta de dados

Na pesquisa qualitativa, a coleta de dados não visa medir variáveis ou realizar análises estatísticas, o que se busca são dados que se convertem em informações, na forma de contextos ou situações estudadas em profundidade. A coleta de dados ocorre no cotidiano dos participantes, através da busca de respostas para questões sobre o tema, no sentido de entender o que o entrevistado pensa, sente, acredita e como interage (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A partir das entrevistas em profundidade foi possível coletar os dados primários necessários para a presente pesquisa. Foram realizadas quinze entrevistas, nas quais foram selecionados estudantes de alguns cursos da Univates, a seleção ocorreu sem critério estatístico e por conveniência, sendo optado por estudantes que moram nos municípios de Santa Clara do Sul, Cruzeiro do Sul e Lajeado. Após a décima-quinta entrevista percebeu-se a saturação dos dados coletados, devido a repetição de certas informações, apontando que essa quantidade de respondentes era suficiente para a realização das análises.

As entrevistas foram realizadas a partir de perguntas abertas com base no roteiro de questões apresentado no Quadro 3. Cada entrevista durou em torno de 15 a 20 minutos, todas foram realizadas nas residências dos entrevistados, com tranquilidade e sem influência do entrevistador. As respostas foram gravadas em áudio e transcritas integralmente, apenas foram realizados pequenos ajustes para melhor compreensão do texto e assim todos os elementos citados pelos participantes puderam ser utilizados, tornando a análise dos dados mais completa.

3.4 Plano de análise das entrevistas

O pesquisador, utilizando os métodos e as técnicas, realiza a coleta dos dados e a análise, e ao contrário da pesquisa quantitativa, na qual a análise é feita após a coleta de todos os dados, na pesquisa qualitativa a coleta e a análise acontecem

simultaneamente e não segue um padrão. O que acontece é que os dados coletados não são estruturados e cabe ao pesquisador organizá-los durante a análise do conteúdo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2012), se refere às análises das falas e a identificação de todas as significações presentes nas formas de distribuição dos conteúdos. Portanto, é um mecanismo de busca de entendimentos através de mensagens, na qual se utiliza uma amostra de mensagens particulares para extrair variáveis que formem conhecimento a partir da realidade.

Após a coleta e transcrição dos dados obtidos através das entrevistas em profundidade, foi realizada a análise dos dados. Inicialmente foi feita a transcrição na íntegra das gravações, para leitura e compreensão de todos os elementos presentes. Em seguida, a análise ocorreu através do método comparativo sobre as respostas dos entrevistados, citando-se os elementos em comum, os que aparecem com maior frequência e as exceções, através de um profundo estudo sobre cada resposta expressa.

Após a análise pelo método comparativo, as respostas que se destacaram foram citadas integralmente a fim de exemplificar os elementos presentes. Essas falas foram comparadas com a visão de alguns autores utilizados no referencial teórico, para que se tornasse possível comprovar ou discordar do estudo do autor, e por fim foram fundamentadas sugestões a partir dos resultados obtidos, com base na visão de administrador de empresas, aplicada pelo autor da pesquisa.

A apresentação das respostas dos participantes da pesquisa foi realizada na forma de citações diretas, com letras itálicas na parte do trabalho referente à análise dos resultados, pois as falas foram transcritas integralmente. Foi optado pela apresentação dessa forma para diferenciar quais citações são de autores de obras e quais são de entrevistados, ou seja, identificar e separar os dados secundários dos dados primários.

A identificação dos entrevistados ocorreu através de uma sequência numeral, seguindo a ordem em que foram realizadas as entrevistas, do entrevistado 1 ao entrevistado 15. Como se trata de um tema relacionado a finanças pessoais, foi optado

por essa forma para manter o sigilo dos nomes dos respondentes, por esse mesmo motivo, também não foram divulgados os dados de perfil desses participantes.

3.5 Limitações do método

O método de pesquisa qualitativa se limita, segundo Flick (2004), no sentido de que o grupo de pessoas a serem entrevistadas para coleta de dados é definido antes de se iniciar efetivamente a coleta. Dessa forma, a amostragem restringe descobertas além do campo de pesquisa previamente determinado, impossibilitando o surgimento de teorias de maior alcance.

A presente pesquisa apresenta limitações devido a possibilidade de haver restrições por parte dos entrevistados nas suas respostas, pois como se trata de um tema que remete a finanças pessoais, o entrevistado pode considerar o tema como pessoal e sigiloso e de tal forma responder de maneira incompleta. Também é possível que a pesquisa tenha um menor alcance pelo número reduzido de entrevistados, porém essa quantidade de respondentes é necessária devido a análise ser em profundidade.

Outra limitação a ser considerada na pesquisa é a subjetividade da análise. Significa que cada resposta passará pela análise do entrevistador que poderá realizar interpretações a partir do seu conhecimento e do seu próprio entendimento. O que ocorre é que as interpretações diferem entre as pessoas, ou seja, outro entrevistador teria outra interpretação sobre as mesmas respostas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo são apresentadas as análises das respostas obtidas através das entrevistas em profundidade. As questões foram analisadas de forma individual, possibilitando que todas as respostas dos participantes fossem consideradas, e aquelas que apresentaram destaque foram mencionadas integralmente. Para enriquecer a análise dos conteúdos, os resultados obtidos através das entrevistas foram comparados com citações de autores.

4.1 Análise dos resultados

As doze questões que foram apresentadas frente aos participantes durante as entrevistas em profundidade visaram responder aos objetivos propostos, o geral e os específicos, e conseqüentemente ao problema de pesquisa. Cada um dos subtítulos seguintes traz o conteúdo e as análises correspondentes a um dos objetivos.

4.1.1 Visão quanto ao futuro em relação à previdência

Para atender ao objetivo geral, os participantes responderam questões relacionadas às suas visões de futuro. A primeira pergunta questiona se o estudante possui o costume de poupar. Ao analisar essa questão, verificou-se que dois terços dos respondentes afirmaram que possuem o hábito de mensalmente guardar algum valor pensando no futuro. A maior parte dos entrevistados se preocupa em poupar, alguns deles pensam no curto prazo e outros mais a longo prazo, mas foi notório que a maioria considera que poupar traz benefícios, como tranquilidade e segurança para os momentos em que surgir alguma emergência.

Dos participantes que se consideram poupadores, se destacam as falas dos entrevistados 5 e 8, que afirmaram respectivamente: *“Eu tenho sim o costume de poupar, me considero uma pessoa bem equilibrada nos gastos”* e *“Eu tenho o costume de poupar sim, aprendi isso de casa, continuo a poupar porque vi que é muito importante e é uma garantia a mais que a gente tem em caso de necessidade”*.

Um terço dos participantes afirmou que não possui o hábito de guardar dinheiro, entre as causas que justificam esse fato estão os altos gastos fixos e os aumentos dos preços das necessidades básicas, que faz com que a fatia destinada às contas mensais acabe consumindo a cada mês, uma parte maior do salário. Essa é a realidade que foi citada pelo entrevistado 11, que afirma o seguinte: *“Não tenho o costume de poupar porque o salário que eu recebo por mês já vai para contas destinadas como financiamento, luz, água, telefone, internet e o pouco que sobra é utilizado pra lazer. Mas pretendo poupar no futuro”*. O entrevistado cita toda essa questão dos gastos mensais, e ao final considera que pretende poupar no futuro, demonstrando que dá importância ao tema e que pouparia se lhe fosse possível.

O fato de a maior parte dos respondentes se considerar poupador, mostra que o público-alvo demonstra preocupação sobre seu futuro. O que difere muito do que as pesquisas mostram a respeito do costume de poupar à nível de Brasil. É o que nos apresenta uma pesquisa realizada pela Folha de São Paulo (PINTO, 2017), na qual o estudo comprovou que no Brasil apenas 4% das pessoas poupam para a aposentadoria.

O índice apresentado pela população brasileira em geral, é muito inferior a amostra obtida pela presente pesquisa, essa disparidade ocorre devido à diferença entre os públicos estudados. Ao se analisar o brasileiro no geral, o percentual de pessoas que poupam é baixo. Já se tratando de estudantes, o percentual melhora significativamente, o que se deve pela conscientização desse público em relação à sua vida financeira, provocada pela educação financeira e também pelo próprio ensino superior ser um investimento em que se ingressa pensando num futuro melhor, ou seja, esse público já está acostumado a pensar e planejar o futuro, e busca fazer o mesmo com suas finanças. Outro fator decisivo é o possível aumento da renda recebida devido ao crescimento profissional relacionado ao investimento em educação.

A pergunta de número dois se refere a como os estudantes da Univates organizam seus gastos. A maneira de organizar as finanças acaba sendo algo muito pessoal, cada entrevistado tem seu próprio método de lidar com elas de acordo com os gastos que considera mais importante ou até mesmo pela forma de agir e controlar. A informação que se extraiu através das respostas é de que cinco respondentes utilizam planilha de Excel e outros dois utilizam-se de caderno de anotações para controlar os gastos, ainda quatro participantes afirmam que se organizam por ordem de prioridade e os outros quatro não chegam a fazer controles, apenas se preocupam para não gastar mais do que recebem.

A utilização de planilha de Excel e caderno de anotações por quase metade dos participantes da pesquisa demonstra que esses estudantes optam por usar ferramentas como facilitador para o controle dos gastos, pois através da planilha e das anotações é mais prático fazer o controle das receitas e despesas e ter uma visão mais clara da sua situação financeira, até para fazer análises de por exemplo, saber quais os gastos que consomem a maior parte da receita e quais gastos podem ser cortados, podendo inclusive a partir desse controle estabelecer objetivos financeiros. A utilização da planilha de Excel é representada pela fala do entrevistado 7: *“Organizo meus gastos através de uma planilha do Excel, na qual lanço mensalmente minhas receitas e minhas despesas”*. E em relação ao caderno de anotações, ele é citado pelo entrevistado 15: *“A minha única maneira de organizar meus gastos é através do meu caderninho de anotações, eu sempre me policio a anotar tudo o que eu gasto”*.

Sobre a organização dos gastos por ordem de prioridade, destaca-se a fala do entrevistado 6: *“Me organizo para dar preferência às necessidades básicas, alimentação, água, luz, internet e combustível. Quando sobra, então gasto algo com item supérfluos”*. Esses participantes que se organizam por prioridade não fazem controles financeiros, mas se mostram cientes dos gastos que são mais importantes, e dessa forma só gastam com itens considerados desejos quando já quitados os gastos considerados necessidade.

Já sobre aqueles participantes que não controlam os gastos por ferramentas ou ordem de prioridade se destaca o que foi dito pelo entrevistado 13: *“Não organizo, vou pagando as contas e observando meus extratos. Observo os extratos do cartão de crédito e da conta corrente pra não entrar no limite do cheque especial”*. Percebe-

se que a participante citada se considera como não organizada financeiramente, porém ela se organiza através do controle visual dos seus gastos, mantendo a preocupação de não gastar além do valor que ela considera aceitável.

Pensar na organização financeira é muito importante, pois é o primeiro passo para se poder investir. Existem duas formas de fazer sobrar mais dinheiro, ou aumentando as receitas ou reduzindo as despesas. A primeira forma geralmente é mais difícil, porque quando se é assalariado, por exemplo, é difícil ou impossível aumentar o salário para o valor que se deseja, já sobre as despesas pode-se pensar em formas de reduzi-las, o que gera mais valor para investir. A organização financeira com a finalidade de se investir mais vai ao encontro do conceito citado por Bernstein e Damodaran (2000), na qual consideram que investir significa se abster do consumo ou do prazer de consumir algo no presente para desfrutar de mais consumo no futuro.

A terceira questão diz respeito quanto ao percentual que cada participante poupa pensando no futuro. Os cinco participantes que responderam à primeira pergunta afirmando que não possuem o costume de poupar, a esses o percentual acabou sendo zero. E em relação aos dez respondentes que poupam, o percentual varia de 5% até 60% dos seus salários por mês, considerando que todos os respondentes são assalariados. Na média, os respondentes poupadores investem em torno de 30% do seu salário a cada mês.

Sobre essa questão do percentual do salário que é investido por mês se destaca a fala do entrevistado 6: *“Tento poupar de 10% a 20% da minha renda mensal, caso algum mês eu não consiga, eu tento compensar nos próximos meses”*. Esse entrevistado demonstra que estabelece objetivos de poupar para que consiga manter um certo nível mensal de depósitos. E mesmo aqueles que não se consideram poupadores, demonstram interesse em poupar quando se tornar possível, é o que expressa o entrevistado 1: *“Como não tenho o costume de poupar, não sei ao certo quanto é em percentual, se eu conseguisse, gostaria de poupar de 5% a 10% do meu salário todo mês”*.

A questão número quatro solicitou que os participantes expressassem sua opinião sobre a previdência social e a previdência privada. Percebeu-se através da realização das entrevistas, uma preocupação muito forte por parte de todos os

participantes sobre o futuro da previdência social. Ao se referirem a previdência social, ela foi citada como uma forma insegura de garantir o futuro, também foram utilizadas as expressões instituição quebrada, instável e incerta. Ainda foram realizados comentários sobre o baixo valor dos benefícios e sobre o medo de não recebê-los. Um terço dos participantes alertou que não se pode depender só do INSS, devido a situação que se apresenta nos dias de hoje (2018).

Sobre a preocupação em relação ao futuro da previdência social, se destaca a fala do entrevistado 14: *“Vejo a situação da previdência social como crítica, não consigo acreditar em um retorno justo no futuro, indiferente do percentual que é recolhido hoje, não se consegue ter uma certeza de quanto deste valor irá retornar como aposentadoria”*. O entrevistado citado deixa claro essa questão do sentimento de insegurança em relação ao retorno da previdência social. Já sobre as falas que sugerem a não-dependência exclusiva da previdência social, destaca-se o que foi dito pelo entrevistado 8: *“Minha opinião sobre a previdência social e pelo que a gente observa sobre o cenário atual, é que não podemos depender só dela, hoje a gente paga o INSS, mas sem certeza de retorno”*.

O objetivo da previdência social é garantir benefícios a todos os trabalhadores, porém o sistema atual não comporta a quantidade de benefícios, devido a uma série de fatores, como por exemplo a longevidade da população, causando o déficit previdenciário. Essa relação entre o objetivo e a situação atual é demonstrada ao comparar dois autores. Conforme Paixão (1998), a previdência social, por meio da contribuição, tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios de se manter, nos casos de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Porém a aplicação devida desse objetivo é questionado por Póvoas (2007), segundo ele, esse fundamento passa a ser contestado na medida em que o número de inativos continua crescendo. Isso faz com que os que contribuem hoje, ao chegarem na vez de se aposentar, não tenham certeza de que o sistema terá meios de satisfazer o seu direito. Essa divergência entre os objetivos da previdência social e sua situação atual também foi mencionada através da fala do entrevistado 3: *“A previdência social foi criada com boas intenções, mas devido a situação atual do país,*

ela não está sendo eficiente, então não podemos mais depender só dela pois ela pode não dar conta e poderemos não usufruir dos benefícios”.

Sobre a questão que solicita a opinião do entrevistado sobre previdência privada, o tema foi mencionado de maneira muito positiva, com exceção de dois participantes que não tinham opinião formada. A previdência privada é vista pelos estudantes entrevistados como algo muito importante, como uma maneira de garantir a aposentadoria e como uma alternativa caso o INSS não consiga pagar os benefícios ou como complementação de renda.

As expressões utilizadas para qualificar a previdência privada foram relacionadas à segurança desse tipo de investimento, como por exemplo, garantia de futuro, bom retorno, forma eficiente de guardar dinheiro, entre outras. O que demonstra que apesar de nem todos os entrevistados serem adeptos a previdência privada, ela é um produto bem visto pelo público-alvo da pesquisa.

Em relação à importância dada à previdência privada, destaca-se a fala do entrevistado 3:

Sobre a previdência privada, até pouco tempo eu não conhecia muito a respeito, mas acho uma excelente maneira de garantir um futuro, uma velhice mais segura e tranquila. Como a previdência social está decaindo, acredito que todos deveriam investir mais na previdência privada, pois seu retorno é mais certo quando se precisar ou chegar a velhice.

Esse entrevistado apesar de não ser adepto, destaca a importância do plano e inclusive sugere a adesão desse tipo de investimento, ele também cita que até certo momento não tinha conhecimento sobre o plano, o que demonstra que certas vezes faltam informações por parte das pessoas em relação aos planos de previdência privada, fazendo com que esse tipo de investimento seja visto como de difícil compreensão de suas características, sendo uma das causas de não-adesão.

Sobre o conceito de complementação da previdência privada em relação a previdência social, destaca-se a fala do entrevistado 5:

Sobre a previdência privada, na minha opinião, ela vai cada vez mais ser o caminho para os jovens que querem ter uma situação mais confortável no futuro, não podemos nos basear só na previdência social, o melhor negócio é fazer uma previdência privada.

Essa ideia trazida pelo entrevistado de situação confortável, pode ser comprovada pelo texto divulgado pela Fenaprevi (2018), na qual menciona que durante a vida, as pessoas estão sujeitas a infortúnios, tais como morte prematura, invalidez ou ter que enfrentar a velhice recebendo menos se comparado ao período em que se trabalhava. O sistema público de previdência oferece proteção para essas situações, porém enfrenta dificuldades em suprir as reais necessidades do indivíduo, no que diz respeito a valores financeiros. E a previdência privada existe para amenizar esses possíveis infortúnios.

4.1.2 Fatores que levam ou levariam a optar pela previdência privada

A questão número cinco se refere exclusivamente à previdência privada, o primeiro questionamento foi realizado com a finalidade de descobrir se o participante possui ou não um plano de previdência privada, os questionamentos seguintes foram feitos a partir da resposta dessa questão inicial. Dos quinze participantes da pesquisa, seis afirmaram possuir um plano de previdência privada, enquanto que nove não possuem, sendo portanto esse tipo de investimento aderido pela minoria do público-alvo, mesmo assim é uma proporção expressiva se considerada a não-obrigatoriedade desse tipo de plano.

Segundo os dados da Fenaprevi (2017), haviam em setembro de 2017, 13.704.032 pessoas com planos de previdência privada no Brasil. Se comparado esse número de adeptos com a população economicamente ativa, o índice é de aproximadamente 13%, já no caso da pesquisa, o índice foi de 40% em relação ao total de respondentes, o que demonstra a importância dada a esse tipo de investimento e que boa parte dos estudantes além de se preocuparem com o futuro, tomam medidas concretas que visam complementar a renda a longo prazo.

Os participantes que responderam sim ao primeiro questionamento, foram submetidos a outros questionamentos sobre seus planos de previdência privada. O primeiro deles diz respeito ao motivo pela qual se optou pelo plano. Uma das razões citadas pelos participantes sobre a adesão do plano é a questão da segurança, já o motivo principal que influenciou a maior parte dos entrevistados adeptos foi o fato da empresa oferecer um plano fechado de previdência privada. É o que salienta o

entrevistado 13: *“Tenho um plano de previdência privada, optei pelo plano porque ele é oferecido pela empresa em que trabalho, na qual a empresa deposita uma porcentagem e a outra parte fica por minha conta”*. Esse tipo de plano costuma ser muito vantajoso, pois todo valor que a empresa deposita entra como benefício para o optante do plano de previdência.

Os planos fechados de previdência privada costumam dar um retorno maior devido a contribuição das empresas, porém só quem está vinculado a uma empresa que opera com esse tipo de plano poderá ter acesso a ele, caso isso não ocorra, só é possível a adesão a planos abertos, que são de livre adesão.

Conforme Weintraub (2003), o sistema fechado de previdência privada consiste na contribuição conjunta da empresa patrocinadora e do participante. A contribuição da patrocinadora é um incentivo ao trabalhador e faz com que ele tenha um valor superior quando for resgatar do que teria se contribuísse com as mesmas parcelas a um plano aberto. Essa contribuição da empresa fez com que os participantes que tiveram esse benefício oferecido pela sua empresa, optassem por ele, visando aproveitar o benefício e gerar um bom retorno em questão de valores.

O questionamento seguinte se refere ao tempo que cada entrevistado optante de plano de previdência privada pretende manter os aportes. A maior parte dos respondentes considera a aposentadoria como o período ideal para o resgate do valor, ainda foi citado a velhice como momento de resgate e um entrevistado deseja resgatar quando sair da empresa na qual trabalha atualmente. Sobre essa questão se destaca a fala do entrevistado 5: *“Preendo mantê-lo até chegar na terceira idade, até não poder mais trabalhar, não quero resgatar logo, quero deixar como um investimento futuro”*. A resposta do entrevistado citado remete ao objetivo de previdência privada, que é longuíssimo prazo, para o futuro.

Por fim, aos entrevistados adeptos da previdência privada, se questionou o que pretendem fazer com os recursos no momento em que forem resgatar. A maior parte dos participantes respondeu que pretendem complementar a renda do INSS, também foi dito manter a qualidade de vida que se tem hoje e ter uma vida tranquila no futuro, ambos os respondentes esperam que o recurso sirva de auxílio no futuro. Para exemplificar, é citada a fala do entrevistado 4: *“No dia em que eu me aposentar, não*

vou mais receber tanto quanto recebo atualmente e esses recursos vão complementar a minha previdência social”.

Aos que responderam não à questão cinco, ou seja, não possuem um plano de previdência privada, foi perguntado se já haviam pensado em contratar um plano. Dois terços desses participantes responderam que já haviam tido interesse em fazer uma previdência privada, o que mostra que apesar do interesse despertado por esse produto de investimento, isso não significa que as pessoas vão efetivamente contratar um plano de previdência privada.

A não-contratação pode ocorrer por alguns motivos como, a falta de clareza sobre o produto, as taxas cobradas pelas Instituições Financeiras e a dificuldade de guardar dinheiro a longo prazo. É interessante a fala do entrevistado 10, que relata dois dos motivos citados: *“Eu já tive um plano em uma empresa em que eu trabalhei e na hora do resgate tive vários descontos. Hoje eu não faria por essa questão do produto não ser tão claro e pelos descontos no momento do resgate”.*

Aos que não possuem previdência privada, ainda foi questionado se poupam de outra forma. Desses respondentes, um terço faz parte do grupo dos que não possuem o hábito de poupar e os dois terços restantes dividem entre guardar dinheiro na aplicação ou na poupança. É o que cita o entrevistado 12: *“Não tenho previdência privada, nunca pensei em fazer mas gostaria de ter, eu poupo, eu destino parte do meu salário pra minha conta poupança do banco”.* Isso demonstra que a maior parte dos entrevistados que não possuem previdência privada poupam de outra forma, só que em produtos que costumam ser de curto prazo, assim depende de como cada pessoa lida com suas finanças, para que consiga transformar parte do valor poupado em investimento de longo prazo.

4.1.3 Preferências em relação às opções de previdência

Para entender como cada participante lida com sua previdência, ou seja, como faz para se precaver diante do futuro, e segundo esse conceito pode-se considerar qualquer tipo de investimento como uma forma de previdência, foi realizada a pergunta de número seis que questiona de que maneira os entrevistados organizam seus investimentos. De modo geral, a forma de investir é bem variada entre os

participantes da pesquisa. Os que não possuem o costume de poupar citam que não fazem investimentos no momento, já os poupadores guardam ou em um único produto ou diversificam. Em números, seis participantes guardam dinheiro somente na poupança, enquanto que outros quatro diversificam os investimentos entre poupança, aplicações, fundos e a previdência privada.

Para exemplificar as falas dos participantes que investem exclusivamente em poupança, é citada a fala do entrevistado 2: *“Eu organizo meus investimentos através da minha conta poupança, depositando mensalmente o valor que for possível e controlando meus gastos para não precisar mexer na conta”*. E em relação àqueles participantes que diversificam seus investimentos, destacam-se as falas dos entrevistados 4: *“Eu tenho um valor em fundos de investimento e invisto mensalmente na poupança”*, e 5: *“Eu tenho poupança, aplicação, tenho algo investido em imóveis e na previdência privada, e invisto na qualidade de vida, minha e dos meus filhos”*. Percebe-se a forma bem particular com a qual cada entrevistado lida com seus investimentos, a partir do seu perfil de investidor e dos seus objetivos.

Com a sétima questão se propôs descobrir qual o perfil de investidor de cada participante. Foi solicitado que cada entrevistado indicasse de qual perfil se considera, com base em três tipos de perfis, conservador, moderado e arrojado. Foi considerado como conservador aquele que investe somente em um produto que contém risco muito baixo, moderado como aquele que investe em mais de um produto e arrojado como aquele que investe em produtos que possuem risco alto. Para analisar essa questão foram considerados todos os participantes, pois inclusive os que não têm o costume de poupar podem se enquadrar em algum perfil de investidor.

Dos quinze entrevistados, onze se consideram conservadores e quatro se veem como investidores moderados, enquanto que nenhum dos entrevistados se considerou arrojado. Dos participantes de perfil conservador, a maior parte deles afirma que utiliza somente a poupança para guardar dinheiro, assim como cita o entrevistado 9: *“Meu perfil é conservador, pela questão de usar a poupança, de só fazer investimentos de renda fixa”*. O fato da maior parte dos participantes serem conservadores tem relação com o risco de perder dinheiro, assim como se percebe através da fala do entrevistado 3:

Eu sou conservadora, pois tenho só uma poupança e uma aplicação financeira, porque não tenho tanta renda para investir em algo mais arriscado, pois as chances de perder são grandes e como não tenho uma estabilidade financeira tão grande seria arriscado perder o pouco que tenho. Na poupança tenho segurança que mesmo com rendimentos baixos, o valor não vai diminuir.

Os participantes de perfil moderado, se consideram enquadrados a esse perfil de investimento devido a quantidade de produtos na qual investem, esses participantes intercalam investimentos de várias formas, cada um de maneira distinta. Os produtos investidos pelos moderados são poupança, fundos de investimento, aplicações, em imóveis e na previdência privada. O que se percebe é que todos os respondentes moderados optam pela opção da poupança em conjunto com outros investimentos, ou seja, não deixam de investir no produto mais tradicional e popular do sistema financeiro. O perfil de investidor moderado é representado pela fala do entrevistado 14: *“Me considero moderada, por guardar dinheiro em três opções diferentes, previdência privada, poupança e aplicação”*.

A pesquisa não identificou nenhum respondente que se considere de perfil arrojado. Na busca de entender a inexistência desse perfil entre os participantes, destacou-se a fala do entrevistado 4: *“Eu me considero moderada porque tenho investimentos diversificados, às vezes em poupança e em fundos, mas não arrojado porque me sinto insegura quanto aos riscos que iria correr”*. Esse entrevistado citou um dos aspectos mais analisados antes de se investir, o risco. A insegurança perante o risco é o principal motivo que faz com que a quantidade de pessoas de perfil de investimento arrojado seja inferior às pessoas de perfil conservador.

Antes de investir, segundo Bernstein e Damodaran (2000), três componentes devem ser levados em conta para optar pelos investimentos mais adequados a cada perfil de investidor. São eles, o risco, a necessidade financeira do investidor e a tributação. A forma como cada participante lida com suas finanças diz respeito ao seu perfil de investidor e a maneira como responde aos três componentes citados pelo autor, principalmente quanto ao risco, pois a maior parte das pessoas deseja manter seu patrimônio, e com isso aceita receber rendimentos baixos em troca da segurança de que não irá perder dinheiro. O segundo aspecto que é sobre a necessidade financeira se refere ao prazo que o investidor consegue manter o valor, quanto maior o prazo, maiores retornos poderá conseguir e o último aspecto se refere a tributação,

e essa é uma das razões que faz com que a maior parte dos participantes tenha optado pela poupança, devido a sua isenção de impostos.

4.1.4 Percepção sobre o futuro da previdência social

As questões que são apresentadas nesse subtítulo, se referem exclusivamente ao tema da previdência social, no que diz respeito a forma como cada participante vê a situação atual e o futuro em relação a esse tema. A pergunta de número oito solicita a opinião dos participantes sobre a reforma da previdência social. O que se obteve através das respostas foram visões bem distintas entre os entrevistados, ficando bem divididas entre os que são a favor e os que são contra a reforma. Os favoráveis à reforma somam um número um pouco maior em relação aos contrários. Os favoráveis citam que a reforma é necessária devido a situação atual da previdência social, reconhecendo que mesmo com as medidas que o governo adote, a população terá prejuízos.

Sobre esse ponto de relação entre a necessidade da reforma e os problemas que a sociedade terá que enfrentar, devido à situação que se apresenta atualmente pela previdência social, destacou-se a fala do entrevistado 7:

Eu acredito que a previdência social chegou a esse ponto em que precisa fazer a reforma, devido aos altos gastos para pagar aposentadorias precoces e desnecessárias, o problema é que quem é prejudicado sempre somos nós trabalhadores, que além de termos que contribuir por bem mais tempo, pagamos cada vez mais impostos.

A resposta citada transmite a indignação por parte do respondente sobre o tempo maior de contribuição, sobre a carga tributária do país e os erros que levaram a situação atual. Em uma linha de pensamento muito próxima, também foram mencionados alguns erros cometidos na previdência social, que refletem no atual momento, através da fala do entrevistado 5:

Eu acho que a reforma da previdência social já deveria ter sido feita a mais tempo, nós vemos muitos casos de pessoas que recebem benefícios que não seriam necessários, que poderiam muito bem estar trabalhando. É bem normal que a previdência não consiga suportar sendo que têm mais pessoas recebendo que contribuindo, no cenário atual.

Em relação aos participantes contrários à reforma, destaca-se a fala do entrevistado 15, que comenta sobre os prejuízos aos trabalhadores, que podem ocorrer a partir da reforma:

Eu acredito que o trabalhador na maioria das vezes acaba sendo lesado, a reforma tenta melhorar alguns pontos, mas a idade mínima pra se aposentar vai ficando cada vez mais inalcançável, o que era muito mais fácil de alcançar, acaba ficando mais incerto, nós jovens que estamos começando vemos que esse auxílio fica cada vez mais longe.

Com uma visão parecida sobre o tempo de contribuição dos trabalhadores, porém mencionando também sobre o valor dos benefícios, é citada a fala do entrevistado 3:

Eu acho que a reforma da previdência social, em geral será ruim para os trabalhadores, pra quem precisa trabalhar por um salário-mínimo, pois hoje esse valor é muito baixo para se manter e cada vez mais os benefícios se tornarão mais necessários. Também afeta diretamente as pessoas que trabalham pesado, terão que se judiar por mais tempo.

Nota-se a partir das respostas dos participantes, que a previdência social passa uma visão de dúvida sobre o futuro, perante a situação que se apresenta, sendo que as palavras mais usadas para descrever o sentimento em relação à reforma foram incerteza e insegurança. O assunto na qual os respondentes mais demonstram preocupação é em relação ao tempo de contribuição dos trabalhadores, que afeta diretamente a todos os contribuintes.

Segundo o INSS (2017), hoje a previdência social enfrenta seu maior desafio que é manter sua sustentabilidade. Por isso, o governo buscou reformar o sistema previdenciário, devida à acelerada transição demográfica, para possibilitar o pagamento dos benefícios no médio ou longo prazo. Ou seja, o aumento do tempo de contribuição acaba sendo o primeiro ponto de reforma, pois é o ponto que gera maior influência no equilíbrio das contas da previdência social, fazendo com que os trabalhadores ativos tenham que contribuir por mais tempo, a fim de suprir aqueles que já recebem benefícios.

A pergunta de número nove questionou aos participantes sobre a renda do INSS, se esse benefício seria suficiente para garantir suas necessidades no futuro. Todos os quinze entrevistados acreditam que a renda oriunda da previdência social não será suficiente para suprir todas as necessidades de suas vidas financeiras no futuro. Essa convicção nas respostas tem relação com o salário do INSS ser

considerado como baixo, alguns entrevistados até citam exemplos de famílias que passam por dificuldades financeiras por depender exclusivamente do INSS.

Sobre essa preocupação em relação ao valor dos benefícios do INSS, se destaca a fala do entrevistado 6: *“Do jeito que as coisas estão, provavelmente não será suficiente viver somente com o INSS. Teremos que poupar agora para que não nos falte depois ou ainda ter outras fontes de renda, senão teremos que continuar trabalhando”*. O entrevistado citado demonstra preocupação com a situação atual da previdência social, e sugere que sejam pensadas formas de prevenção para o futuro, como guardar dinheiro. Já o entrevistado 14 se refere a insuficiência dos recursos do INSS mencionando a realidade de algumas pessoas:

Acredito que não (será suficiente) porque atualmente vendo a situação de desconhecidos que recebem normalmente um salário mínimo, o que acontece é que eles precisam continuar trabalhando para conseguir pagar suas contas, necessidades básicas, saúde, entre outras coisas.

Além da preocupação por parte dos participantes sobre o insuficiência do benefício da previdência social perante as necessidades básicas, há também uma incerteza sobre a possibilidade de o INSS não conseguir manter os benefícios no futuro. Essa insegurança é citada pelo entrevistado 10:

Tenho certo receio, nem sei se a gente vai chegar a usufruir desse benefício e se a gente receber, eu sei que existe um teto máximo que é possível receber. Junto com as aplicações que faço hoje acredito que sim, mas somente pelo salário do INSS, acredito que se continuarem os aumentos das coisas, vai ser bem complicado.

O entrevistado citado traz toda essa preocupação, mas se percebe que ele já está se preparando através da sua aplicação, para minimizar o impacto, caso uma dessas situações se apresente no futuro.

4.1.5 Finanças pessoais e visão de futuro

A questão de número dez instigou os respondentes a se expressarem sobre a maneira na qual lidam com suas finanças pessoais. Junto com essa pergunta de abrangência mais geral, foi questionado se o entrevistado faz controles de gastos e se estabelece objetivos financeiros. Sobre a maneira como cada participante lida com suas próprias finanças, percebeu-se que as respostas diferem pelo fato de cada pessoa ter sua própria maneira de planejar e agir.

Para exemplificar algumas diferenças de atitude entre as respostas dos participantes, são citados respectivamente os entrevistados 2 e 4: *“Eu tenho sempre em mente o quanto recebo por mês e assim eu calculo o quanto vai sobrar para depositar na poupança e alcançar meu objetivo financeiro. Procuro não deixar nada pendente para o próximo mês e manter um saldo na conta corrente para não ficar negativo”* e *“Sim, todos os anos eu coloco objetivos e o dinheiro que eu consigo guardar durante o ano eu uso para suprir esses meus objetivos. E eu tenho uma planilha em que eu faço um controle mensal das minhas finanças”*.

O primeiro entrevistado citado é de perfil conservador e o segundo de perfil moderado, notou-se através das falas que ambos os entrevistados visam atingir objetivos financeiros propriamente estabelecidos, porém cada um de maneira singular. Enquanto que o entrevistado 2 se planeja mensalmente, o entrevistado 4 estabelece objetivos anuais e alimenta uma planilha com seus gastos mensais.

Ao analisar o questionamento que se refere ao controle dos gastos, obteve-se o resultado de que todos os quinze entrevistados responderam que controlam suas finanças, mesmo os que não possuem o costume de poupar usam o controle como uma forma de organização para não se exceder nas despesas mensais. Um exemplo de controle efetivo dos seus gastos é apresentado através da fala do entrevistado 9:

Minhas finanças pessoais são muito controladas, eu procuro nunca gastar mais do que eu ganho, fazer uma reserva, o meu próprio perfil conservador já mensura isso. Toda aquisição ou os gastos mensais são controlados, não chego a fazer uma planilha, mas procuro sempre manter a conta positiva, não pagar juros desnecessários e as aquisições são sempre bem pensadas e sempre que possível compras à vista, porque assim se consegue barganhar preço e fazer uma compra melhor.

Já em relação ao questionamento sobre o estabelecimento de objetivos financeiros, nove dos quinze respondentes afirmaram que planejam suas finanças estabelecendo metas, já os seis respondentes restantes controlam seus gastos, porém sem visar o alcance de objetivos financeiros. Entre os participantes que estabelecem objetivos financeiros, destaca-se a fala do entrevistado 8:

Eu tento sempre gastar o menos possível, tento ser bem realista e gastar só o necessário, e faço sim controles dos meus gastos e estabeleço objetivos, quando quero comprar algo me planejo e já vou economizando, me organizo pra poder comprar as coisas que quero.

Percebe-se que estabelecer objetivos apresenta relação direta com o hábito de poupar, pois os entrevistados que trabalham com objetivos são juntamente os que poupam. Essa relação se deve ao fato de que a partir do costume de poupar se torna natural que a pessoa comece a planejar o destino a ser dado ao recurso, no entanto aquele que não poupa, apesar de estruturar seus gastos, tende a apresentar mais dificuldade no momento de realizar esse planejamento.

A pergunta de número onze questionou aos entrevistados se eles planejam financeiramente seu futuro. Essa questão apresentou o mesmo resultado em quantidade de entrevistados concordantes que o questionamento final da pergunta de número dez, que se referia aos objetivos financeiros. Portanto, a maior parte dos participantes da pesquisa respondeu que planeja sim seu futuro. O mesmo resultado se deve a semelhança na interpretação dos termos estabelecer objetivos financeiros e planejar o futuro. Entre os participantes que responderam positivamente a questão onze, destacou-se a fala do entrevistado 5:

Eu trabalho para estar bem, pra continuar levando uma vida boa, quero trabalhar por bastante tempo ainda e conseguir ajudar meus filhos e planejo o futuro com controle, estou guardando dinheiro para tanto daqui a cinco anos e quando me aposentar, estar bem financeiramente.

Para complementar o tema a respeito do planejamento de futuro, foi questionado ainda na questão onze sobre como os participantes se imaginam daqui a cinco anos e quando forem se aposentar. Sobre a situação financeira para cinco anos, surgiram respostas distintas, relacionadas aos sonhos e aos objetivos de cada participante. Quatro participantes afirmaram que se veem daqui a cinco anos na mesma situação que estão atualmente, outros quatro pretendem estar mais estabilizados financeiramente do que no momento atual. Entre os sete participantes restantes foram citados objetivos concretos, como a compra de casa, apartamento ou de carro, a quitação de dívidas, a graduação em curso superior, a troca de emprego e a abertura de um negócio próprio. Para exemplificar as falas, são citados os entrevistados 4: *“Eu imagino que daqui a cinco anos eu estarei na mesma situação, uma pessoa ativa no trabalho, tendo a mesma renda salarial e continuando a contribuir com a previdência complementar”* e entrevistado 11:

Daqui a cinco anos me imagino dono do meu próprio negócio, e se tudo der certo eu prefiro não me aposentar e poder contar com o dinheiro do meu próprio negócio, quero ter pessoas trabalhando no meu lugar e estar administrando meu negócio, gerando lucro através disso, e também através

de uma previdência privada, pois eu acredito que só uma previdência não me sustente, mas se eu trabalhar forte com minha empresa, é a forma mais garantida de eu obter retorno.

Se destaca a diferença entre as visões dos entrevistados citados, o primeiro se imagina daqui a cinco anos em uma situação semelhante a atual, enquanto que o segundo deseja trabalhar por mudanças, buscando ser sustentável financeiramente através da abertura do seu próprio negócio.

Para fechar a questão onze, foi questionado aos participantes sobre a visão de futuro em relação ao momento de se aposentar. Essa pergunta instigou os entrevistados a pensarem no futuro a longo prazo, e com exceção de dois participantes que se abstiveram de buscar prever seu futuro devido a não fazerem planejamento, os demais participantes preveem o futuro de uma forma bem positiva, com expressões como estar bem financeiramente, aproveitar a vida e ter guardado um boa quantia em dinheiro. O que a maior parte dos participantes citou foi o desejo de tranquilidade e estabilidade financeira no momento da aposentadoria. Dois entrevistados ainda citaram que acreditam que terão de continuar trabalhando após se aposentarem, devido ao benefício da previdência social não ser suficiente para suas necessidades.

Sobre essa positividade no planejamento de longo prazo, destaca-se a fala do entrevistado 2: *“Quando eu me aposentar, eu imagino ter uma vida financeira tranquila, ter alcançado meus objetivos financeiros e também ter dinheiro para fazer viagens para fora do Brasil”*. Assim como na fala do entrevistado 3: *“Quando for me aposentar, quero ter uma vida financeira muito estável, quero ter dinheiro suficiente para me manter sem sufocos e poder não ter dívidas. Quanto mais se poupa na juventude, melhor para quando for se aposentar”*. Essa visão de futuro, na qual a maior parte dos respondentes acredita que será melhor se comparado ao momento atual, reflete a ideia da melhoria, pois é natural que o ser humano almeje algo a mais, algo melhor com o passar do tempo, porém é importante a dica final do entrevistado 3, porque para concretizar essa visão positiva, é preciso planejamento e preparação, e no caso da vida financeira, isso se dá através do hábito de poupar.

A questão de número doze traz o conceito da vida na 3ª idade. Nesse sentido, os participantes foram desafiados a pensar em como pretendem estar quando forem idosos e citar as atitudes que tomam hoje e que podem refletir nessa fase da vida. De

modo geral, todos os entrevistados afirmaram que pretendem estar bem quando atingirem a 3ª idade, e foram mencionados alguns fatores importantes como: ter uma poupança com um valor que proporcione segurança financeira, uma boa qualidade de vida, viver de forma tranquila, sem dívidas, ter uma boa saúde e não depender de filhos.

Em relação a esse questionamento, destaca-se a fala do entrevistado 4: *“Pretendo estar bem, com uma boa qualidade de vida e bem financeiramente, porque eu pretendo, quando for me aposentar, ter me organizado bem para aproveitar minha vida”*. Ainda no mesmo contexto, se destaca a fala do entrevistado 8: *“Eu pretendo ser uma pessoa equilibrada financeiramente quando eu for idosa, ser independente, não precisar que meus filhos me mantenham, quero ter uma estabilidade financeira, viver tranquila, poder viajar, fazer minhas coisas, pagar meus remédios”*. Contudo, percebe-se o desejo de todos os participantes em estar bem em uma idade mais avançada, isso demonstra que é preciso pensar mais pra frente e isso exige uma preparação por parte de cada pessoa.

Para estar bem na 3ª idade ou até mesmo num futuro mais próximo, sabe-se que é preciso tomar atitudes no presente. Tendo em conta esse fato, a pergunta de número doze ainda questionou aos entrevistados se são tomadas atitudes em relação ao tema. De maneira geral, foram citados pelos entrevistados as seguintes atitudes visando o futuro: guardar dinheiro na poupança ou na aplicação, não fazer dívidas, contribuir com a previdência privada e previdência social, controlar os gastos, fazer investimentos, estudar, se aperfeiçoar profissionalmente e cuidar da saúde.

Para exemplificar a maneira como foi abordado esse tema, é citada a fala do entrevistado 12, que aborda sua forma de se precaver diante do futuro:

Eu faço exercícios físicos, não fumo, não consumo álcool, que já são formas de ser cuidar para o futuro. Porque ficar velho com muitos problemas iria refletir o que eu fui quando mais nova, então quanto mais tempo de energia eu tiver, será melhor pra mim e vou gastar menos dinheiro com medicamentos, é uma forma de guardar dinheiro e ter mais qualidade de vida.

Destaca-se na fala do entrevistado 12, que menciona outras formas de cuidado, que vão além do costume de poupar, como o cuidado com a saúde, pois um futuro com saúde tende a refletir positivamente na vida financeira. Outro exemplo é citado pelo entrevistado 10: *“Minhas atitudes de hoje, financeiramente pensando, são*

poupar, estudar, trabalhar, se aperfeiçoar para ter emprego e condições de continuar aplicando valores e cuidar da saúde desde hoje pra chegar na terceira idade bem”. Esse entrevistado cita uma série de atitudes que vão auxiliá-lo na preparação para um futuro financeiramente mais tranquilo, e que conseqüentemente devem trazer uma boa qualidade de vida.

4.2 Sugestões a partir dos resultados

Sobre o costume de poupar, a pesquisa apontou que a maior parte dos participantes têm esse hábito, o que é algo muito positivo. Porém o público-alvo são estudantes da Univates, ou seja, indivíduos que frequentam ensino superior, que no Brasil são minoria. Desta forma, o percentual de poupadores foi bem superior se comparado com pesquisas com a população à nível nacional, o que demonstra que a educação pode ter uma relação direta com uma vida financeira mais saudável, por proporcionar uma maior conscientização a respeito da importância de se preparar para o futuro.

Para que isso seja possível, sugere-se que a educação financeira faça parte da vida das pessoas, uma forma importante de integrar esse tema na sociedade seria através de uma disciplina obrigatória nas escolas para o ensino médio e através de projetos educacionais que abordem a educação financeira. O tema é de suma importância, pois segundo informações do SPC (2018), o número de brasileiros inadimplentes é de 60,7 milhões. O consumismo e a facilidade de comprar a prazo junto com a falta de controle financeiro faz com que cada vez mais pessoas estejam endividadas.

Um exemplo de organização que visa auxiliar a sociedade com foco em educação financeira é o projeto A União Faz a Vida, do Sicredi. Conforme Sicredi (2018), esse programa já existe a mais de vinte anos e estimula a educação cooperativa de crianças e adolescentes nos estados brasileiros em que o Sicredi atua. O Sicredi busca parcerias com as prefeituras e as escolas dos municípios participantes e aplica práticas educativas nas salas de aula, buscando estimular as atitudes de cooperação e cidadania entre as pessoas da comunidade. Em 2017, o projeto a âmbito nacional, abrangia 292 municípios, 1.485 escolas, mobilizando 21.940 educadores e 229.780 crianças e adolescentes. As ações do programa visam

ajudar a constituir ambientes educacionais democráticos, capazes de formar pessoas autônomas para tomarem decisões pessoais ou coletivas.

Percebeu-se pela pesquisa que alguns participantes fazem uso de ferramentas facilitadoras para sua própria gestão das finanças. A ferramenta mais citada pelos respondentes foi o software de computador Excel, que é muito conhecido pela sua facilidade de lançamento de valores através de uma planilha eletrônica, por fazer cálculos, gerar gráficos, e uma série de outras funcionalidades a serem exploradas.

Além do Excel, existem outras formas de gerenciar as finanças através de ferramentas facilitadoras, um exemplo são os aplicativos que podem ser instalados em smartphones. Hoje em dia existem vários aplicativos que permitem, de maneira simples, lançar receitas, despesas, objetivos financeiros, e até mesmo gerenciar as datas de pagamento das obrigações, entre outras funcionalidades.

As praticidades da tecnologia podem ser utilizadas para facilitar a organização financeira, como exemplo, é possível fazer com que sejam visíveis os pontos de corte de despesas, ou visualizar quais despesas consomem maior parte das receitas. São uma série de facilidades que a tecnologia proporciona e cabe a cada usuário desse tipo de aplicativo pensar como utilizá-la a seu favor.

Na questão sobre o percentual de salário que cada pessoa poupa por mês, pode-se afirmar que não existe um percentual correto ou adequado, o importante é que haja um equilíbrio nas finanças, no sentido de que não se deixe de aproveitar a vida ou de cuidar da saúde, por exemplo, para poder aplicar percentuais mais altos, nem gastar demasiadamente com itens supérfluos, a ponto de não poupar nenhum percentual, pois enquanto que há uma fonte de renda através do trabalho é mais tranquilo obter recursos, porém quando não há mais a possibilidade de trabalhar, cada valor poupado, por menor que seja, pode fazer muita diferença para uma vida mais estável no futuro.

A previdência privada pode ser um produto de investimento vantajoso, se utilizado como forma de complementação de renda no futuro. Pois é preciso que o adepto a esse produto esteja consciente das suas características, os recursos podem ser utilizados a qualquer momento, mas o ideal é que ele seja utilizado no longuíssimo prazo, ou seja, quando não houver mais como gerar renda através do trabalho.

Caso o objetivo do investidor seja curto prazo, a previdência privada pode não ser o produto ideal para esse tipo de investimento. Algumas pessoas não contratam um plano de previdência privada por considerar complexo o entendimento das suas características, esse fato foi constatado através da pesquisa. O que pode ser feito é a busca de informações através da internet ou de colaboradores de instituições financeiras. Quanto à tributação, é importante que o interessado esteja ciente que está optando pelo plano que gere um melhor rendimento no longo prazo, já sobre as taxas é possível pesquisar entre instituições e optar pelo plano de menor custo.

Na pesquisa, foi identificado que a maior parte dos entrevistados se considera de perfil conservador em relação aos seus investimentos. Quanto a isso, é importante que cada pessoa busque seu autoconhecimento, a fim de saber se está disposta a correr riscos e de que maneira gosta de lidar com seu dinheiro. É preciso ficar claro para o investidor que para ganhar maiores retornos, ele precisará necessariamente correr mais riscos, mas se seu objetivo é apenas manter seu patrimônio, não é incorreto que ele opte por produtos de investimento mais conservadores como a poupança.

E aos que possuem um perfil de investimento moderado e até arrojado, sugere-se que se opte pela diversificação dos seus investimentos, principalmente sobre aqueles que apresentam maior risco, para que o risco total não se concentre em apenas um produto, além de pesquisar, estudar e avaliar cada tipo de investimento, a fim de reduzir o nível de incerteza, e assim ter mais chances de obter bons retornos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante às constantes mudanças no cenário atual, no âmbito econômico, político ou na vida pessoal através de infortúnios, faz com que o indivíduo se sinta inseguro frente ao futuro, sendo difícil até prever como será o futuro no curto prazo. É exatamente essa questão da previsão e da preparação para o futuro que traduz o conceito de previdência utilizado na presente pesquisa, que buscou perceber como cada participante lida com as questões relacionadas à sua previdência, ou seja, visão e preparação diante do futuro.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do modo de abordagem qualitativo, através de entrevistas em profundidade. Se buscou através da interpretação e do entendimento das falas, responder ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos. O estudo analisou os pensamentos e as atitudes de estudantes da Univates, na faixa etária correspondente à geração Y.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender a visão dos estudantes da Univates quanto ao futuro em relação à previdência. Nesse sentido, foi constatado a partir dos questionamentos que a maior parte dos respondentes possui o hábito de poupar e que mesmo aqueles que não pouparam expressaram o desejo de conseguir poupar no futuro, e todos os participantes dão importância ao costume de poupar, considerando que é necessário para estar preparado caso surja alguma emergência. O presente estudo foi comparado com uma pesquisa da Folha de São Paulo (PINTO, 2017), que havia apontado que apenas 4% do brasileiros pouparam para o futuro, já entre os estudantes entrevistados o índice foi bem mais elevado, demonstrando a conscientização por parte do público-alvo frente ao tema da previdência.

A segunda questão permitiu entender como os respondentes lidam com seus gastos, o que apontou que alguns utilizam ferramentas facilitadoras do controle de suas finanças, como o Excel. Percebeu-se que cada entrevistado lida com os gastos de forma particular, alguns pelo Excel, outros por ordem de prioridade ou pelo controle visual. A terceira questão identificou quanto em percentual cada participante poupa por mês, dos poupadores, a média ficou em 30% do salário, essa questão identificou a preocupação em manter um nível estável dos depósitos, facilitando o planejamento de futuro.

Para responder ao objetivo geral, também foram solicitadas as opiniões dos participantes sobre previdência social e privada. A previdência social foi considerada como insegura, instável, incerta e foi mencionado por parte dos respondentes que não é seguro depender somente do INSS para se aposentar. Quanto à previdência privada, ela foi citada como uma garantia de aposentadoria e de um futuro mais tranquilo e seguro.

O primeiro objetivo específico foi identificar os fatores que levam ou levariam os estudantes da Univates a optarem pela previdência privada. Foi constatado que a maior parte dos respondentes não são adeptos a previdência privada, porém a maior parte dos não-adeptos consideram que já haviam pensado em contratar um plano privado, e o principal motivo de ainda não terem optado foi a falta de clareza sobre as características desse tipo de investimento. Dos adeptos, a maior parte expressou que contratou a previdência privada porque a empresa em que trabalha oferece um plano fechado, os adeptos pretendem manter os aportes até depois dos 60 anos e utilizar os recursos para complementar o INSS e manter a qualidade de vida de hoje.

Analisar as preferências dos estudantes da Univates em relação às opções de previdência foi o segundo objetivo específico, para respondê-lo foi questionado como cada participante lida com seu investimentos e se buscou identificar seus perfis de investidor. Quanto aos investimentos, percebeu-se que a maior parte dos respondentes poupadores utilizam a poupança para guardar dinheiro, e inclusive aqueles que optam por outras formas como os fundos de investimento, aplicações ou previdência privada, as utilizam em conjunto com a poupança, ou seja, a poupança é considerada o produto de investimento mais tradicional e mais utilizado pelos participantes. Quanto ao perfil de investidor, a maior parte dos respondentes se

considera conservador por utilizar somente a poupança, quatro entrevistados se consideram moderados pelo fato de diversificarem investimentos e nenhum participante se considerou arrojado, o principal motivo apontado foi a insegurança perante ao riscos presentes em alguns tipos de investimento.

O terceiro objetivo específico estabelecido foi relatar a percepção dos estudantes da Univates sobre o futuro da previdência social. As questões relacionadas a esse objetivo visaram entender a opinião dos participantes sobre a reforma da previdência social e sobre os benefícios do INSS. Em relação à reforma, a maior parte dos entrevistados se posicionou a favor devido a situação deficitária atual. Já os que se consideram contra, citaram os retrocessos aos direitos dos trabalhadores, principalmente a respeito do tempo de contribuição. Sobre os benefícios do INSS, todos os entrevistados mencionaram que acreditam que o salário do INSS não será suficiente para suprir suas necessidades no futuro, sendo necessário complementar a renda de outras formas.

O último objetivo específico visou entender a maneira na qual os estudantes da Univates lidam com suas finanças pessoais e qual a visão de futuro. Sobre as finanças pessoais se constatou que todos os respondentes fazem algum tipo de controle, cada um de forma distinta e que a maior parte deles estabelece objetivos financeiros e planeja o futuro. Sobre o que esperam para o período da aposentadoria, foram citados principalmente ter estabilidade financeira e ter uma vida tranquila.

De forma geral, percebeu-se através das entrevistas em profundidade que o público-alvo se preocupa com tema previdência, nem todos possuem o hábito de poupar, porém é dada importância ao tema. Os que poupam, agem de acordo com seus próprios perfis de investidor. Sobre a previdência social, notou-se que é clara a preocupação quanto a insegurança que o sistema público passa, e isso faz com que alguns já estejam buscando formas de complementar renda e a previdência privada acaba sendo uma dessas formas, pois mesmo sendo adotada pela minoria dos entrevistados, a pesquisa constatou que ela é vista de forma positiva. Por fim, todos os participantes desejam ter um futuro estável e tranquilo, e se mostram conscientes de que é a preparação atual através do hábito de poupar que poderá proporcionar essa situação favorável no futuro.

Os resultados da pesquisa, mediante a aplicação das entrevistas em profundidade, podem ter sofrido influência de alguma limitações. Esse fato se deve pelo tema da pesquisa ser vinculado às finanças pessoais dos participantes, porque não há como comprovar que são verídicas todas as falas expressas pelos respondentes, por se tratar de informações pessoais que podem ter sido consideradas sigilosas e assim omitidas.

Para futuras pesquisas, sugere-se a utilização do tema previdência, no sentido de abranger todos os tipos de investimento, porém aplicado em outro público-alvo, para que seja possível fazer estudo comparativo entre os estudantes da Univates e um outro segmento. Caso algum autor queira usar a base deste trabalho de maneira mais específica, sugere-se que seja abordado o costume de poupar através de uma pesquisa quantitativa ou realizada uma pesquisa qualitativa a respeito da situação atual da previdência social sobre o ponto de vista de outro público-alvo.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Investimento em ações**: guia teórico e prático para investidores. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012.

BCB. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; PINHEIRO, Sanoé Sugahara; PEYNEAU, Fernanda Paes Leme. **O perfil dos consumidores de planos de previdência privada no Brasil**: evolução de uma demanda - 1992-2001. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2004.

BERNSTEIN, Peter L.; DAMODARAN, Aswath. **Administração de investimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

BRADESCO. Banco Bradesco S.A. Disponível em: <<https://banco.bradesco/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o regulamento da previdência social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048>. Acesso em: 17 abr. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp109.htm>. Acesso em 9 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977. Dispõe sobre as entidades de previdência privada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6435>. Acesso em: 9 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991a. Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8177.htm>. Acesso: 14 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991b. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio de dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em: 9 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991c. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 9 mar. 2018.

CÂMARA. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Fundamentos da previdência complementar**: da atuária à contabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: UNIVATES, 2015.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; VILLELA, José Correa. **Previdência privada**: doutrina e comentários a Lei complementar n. 109/01. São Paulo: LTr, 2005.

DEBASTIANI, Carlos Alberto; RUSSO, Felipe Augusto. **Avaliando empresas, investindo em ações**: a aplicação prática da análise fundamentalista na avaliação de empresas. São Paulo: Novatec, 2008.

FENAPREVI. Federação Nacional de Previdência Privada e Vida. Disponível em: <<http://fenseg.org.br/fenaprevi/home.html>>. Acesso em 7 mar. 2018.

FLICK, Uwe; NETZ, Sandra. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIBBS, Graham; COSTA, Roberto Cataldo. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

INSS. Instituto Nacional do Seguro Social. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

ITAÚ. Itaú Unibanco S/A. Disponível em: <<https://www.itaubank.com.br/previdencia/>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de direito previdenciário**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2001.

MARTINS, Joao Marcos Brito; LAZZARI, Joao Batista; MARTINS, Lidia de Souza. **1000 perguntas de seguros, previdência privada e capitalização**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

PAIXAO, Floriceno. **A previdência social em perguntas e respostas**. 34. ed. Porto Alegre: Síntese, 1998.

PINTO, Ana Estela de Souza. Apenas 4% dos brasileiros poupam para a aposentadoria. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2017, texto digital. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/01/1847930-apenas-4-dos-brasileiros-poupam-para-a-aposentadoria.shtml>>. Acesso em: 8 Mar. 2018.

PÓVOAS, Manuel Sebastião Soares. **Previdência privada: filosofia, fundamentos técnicos, conceituação jurídica**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2007.

PREVIC. Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Disponível em: <<http://www.previc.gov.br/>>. Acesso em 10 mar. 2018.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em 8 mar. 2018.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Ministério da Previdência Social. Secretaria da Previdência Social. **Diálogo social e gestão participativa**. Brasília (DF): MPS, 2003.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

RAMOS, Maria Cibebe de Oliveira. Os planos de benefícios das entidades de previdência privada. São Paulo: LTr, 2005.

RGPS. Regime Geral da Previdência Social. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/2017/01/rgps-deficit-da-previdencia-social-em-2016-foi-de-r-1519-bilhoes/>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANDÍN ESTEBAN, Maria Paz. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

SANTANDER. Banco Santander S.A. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

SICREDI. Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

SPC. SPC Brasil. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp/>>. Acesso em: 6 out. 2018.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. **Tributação no resultado dos investimentos e das aplicações no mercado financeiro nacional**. 2016. 57 f. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/download/8661/6414>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.

WEINTRAUB, Arthur Braganca de Vasconcellos. **Previdência privada: atual conjuntura e sua função complementar ao regime geral da previdência social**. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de questões das entrevistas em profundidade

1. Você tem o costume de poupar?
2. Como organiza seus gastos?
3. Quanto em percentual você poupa pensando no futuro?
4. Qual sua opinião sobre previdência social e sobre previdência privada?
5. Você possui um plano de previdência privada? Se sim, qual plano? Por que optou por esse plano, por quanto tempo pretende manter os aportes e o que pretende fazer com os recursos? Se não, você já havia pensado em contratar um plano de previdência privada? Você poupa de outra forma? Exemplifique.
6. De que maneira você organiza seus investimentos?
7. Qual perfil de investidor você se considera? Conservador (somente poupança), moderado (investimento diversificados) ou arrojado (aceita correr riscos)?
8. Qual a sua opinião sobre a reforma da previdência social?
9. Para você, a renda que irá receber do INSS será suficiente para garantir suas necessidades no futuro? Comente.
10. Como você lida com suas finanças pessoais? Faz controles de gastos e estabelece objetivos financeiros?
11. Você planeja financeiramente seu futuro? Como você se imagina daqui a 5 anos e quando for se aposentar?
12. Como você pretende estar quando for uma pessoa idosa? Quais atitudes você toma hoje que irão refletir na sua vida na 3ª idade?

ANEXOS

Anexo A – Remuneração dos depósitos em poupança

Data	Depósitos até 03.05.2012			Depósitos a partir de 04.05.2012 (*)		
	Remuneração básica	Remuneração adicional	Remuneração total	Remuneração básica	Remuneração adicional	Remuneração total
10/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
11/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
12/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
13/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
14/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
15/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
16/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
17/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
18/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
19/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
20/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
21/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3855	0,3855
22/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
23/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
24/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
25/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
26/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
27/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
28/03/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
01/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
02/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
03/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
04/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
05/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
06/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
07/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
08/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
09/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
10/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
11/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
12/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
13/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
14/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
15/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
16/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
17/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
18/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
19/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
20/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
21/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
22/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
23/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
24/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
25/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715
26/04/2018	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,3715	0,3715

Fonte: Banco Central do Brasil (2018, texto digital).